



Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 223.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54)

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 516/77, Veto aposto ao Projeto de Lei número 77/76, de autoria do Deputado VALTER PIETRÂNGELO, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga os Municípios de Planalto e Santa Izabel do Ivaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário — por unanimidade.

OFÍCIO NÚMERO 178/77.

Curitiba, em 28 de setembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício número 80/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o., do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 77/76, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga os Municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí.

3. O não acolhimento ao projeto de lei em exame é decorrência de pronunciamento expendido pelo setor competente da Secretaria de Estado dos Transportes, o qual esclarece:

“Com referência ao Projeto de Lei número 77/76, cumpre-nos esclarecer que a ligação rodoviária de Santa Izabel do Ivaí à Planaltina do Paraná está incluída no Plano Rodoviário Estadual, através dos segmentos Santa Izabel do Ivaí — Loanda (PR-182) e Loanda — Planaltina do Paraná (PR-218) que já fazem parte da Rede de Conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, estando de certa forma, atendendo a parte do objetivo proposto.

Por outro lado, essa Rede de Conservação está acima da capacidade do órgão rodoviário, não havendo possibilidade de inclusão de novas estradas”.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) (JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 518/77.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 519/77.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 224.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da ses-

são anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

EMENDAS:

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

— A Constituição Estadual passa a vigorar com as seguintes alterações, incluindo-se em seu Título V os artigos 157, 158, 159, 160 e 161:

I — O Art. 11 e o seu § 1o. passam a ter a seguinte redação:

Art. 11 — Não perderá o mandato o deputado investido em função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1o. — Somente se convocará suplente no caso de vaga ou nos de investidura em função prevista neste artigo. Não havendo suplente, e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

II — O Inc. V do Art. 16 passa a ter a seguinte redação:

Art. 16 V — A Mesa encaminhará, por intermédio do Governador, somente pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

III — § 2o. do Art. 20 passa a ter a seguinte redação:
Art. 20

§ 2o. — Nos pedidos de informação, observados os requisitos do Art. 16, Inc. V, os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias.

IV — O Art. 22 fica acrescido de mais um inciso:
Art. 22

XVI — Compor o Colégio Eleitoral para a eleição do Governador, Vice-Governador e para o preenchimento de uma vaga, na renovação dos dois terços do Senado Federal.

V — § 2o. do Art. 24 passa a ter a seguinte redação:
Art. 24

§ 2o. A proposta será discutida e votada em reuniões da Assembléia Legislativa, dentro de noventa dias a contar de seu recebimento e considerar-se-á aprovada quando obtiver, em ambas as votações, maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

VI — Os §§ 4o., 10 e 11 do Art. 41 passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 41

§ 4o. — Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3o., independentemente da aprovação pela Assembléia Legislativa, e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos conselheiros.

§ 10 — O Tribunal de Contas apreciará para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas ou pensões, independentemente de sua apreciação as melhorias posteriores.

§ 11 — O Governador poderá ordenar a execução ou registro dos atos a que se referem o parágrafo anterior — a alínea "b" do § 8o., "ad-referendum" da Assembléia Legislativa.

VII — O § 2o. do Art. 42 passa a vigorar da seguinte forma, ficando suprimidos os §§ 3o. e 4o.:

Art. 42

§ 2o. — A eleição do Governador e do Vice-Governador, para mandato de quatro anos, far-se-á pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal, obedecidas as seguintes normas:

I — O Colégio Eleitoral compor-se-á dos membros da Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais;
II — Cada Câmara indicará, dentre seus membros, um

delegado e mais um por duzentos mil habitantes do Município, não podendo nenhuma representação ter menos de dois delegados, admitindo-se o voto cumulativo;

III — O Colégio Eleitoral, disciplinado na legislação federal, reunir-se-á na sede da Assembléia Legislativa, no dia 01 de setembro do ano anterior àquele em que findar o mandato do Governador;

IV — Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos;

V — Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, esta será repetida; não se a obtendo na segunda, a eleição dar-se-á na terceira votação por maioria simples;

VI — O candidato a Vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado.

VIII — O Art. 45 passa a ter a seguinte redação:

Art. 45 — Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição, pelo processo estabelecido no § 2o. do Art. 42, trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

IX — O Art. 57 passa a ter a seguinte redação, ficando suprimidos os seus §§ e incisos.

Art. 57 — O Ministério Público será organizado em carreira por lei estadual.

X — O Art. 58 passa a ter a seguinte redação:

Art. 58 — Além das normas estabelecidas pela legislação federal, para a organização do Ministério Público, os seus membros ingressarão nos cargos iniciais mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos a não ser por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador Geral, com fundamento em conveniência de serviço.

XI — O Art. 63 fica acrescido de mais um parágrafo:
Art. 63

§ 4o. — Nenhum concurso terá validade por prazo maior de quatro anos, contado da homologação.

XII — O Art. 79 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 79 — O servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato eletivo, obedecidas as disposições deste artigo.

§ 1o. — Em se tratando de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

§ 2o. — Investido em mandato de Prefeito Municipal, será afastado de seu cargo, emprego ou função sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

§ 3o. — Investido em mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma prevista no § 1o. deste artigo.

§ 4o. — Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

XII — O Art. 86 passa a ter a seguinte redação:

Art. 86 — É vedada a participação dos servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas.

XIV — O Art. 88 fica acrescido de mais um parágrafo, passando os §§ 1o. e 2o. a ter a seguinte redação:

Art. 88

§ 1o. — Na primeira instância a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício, não podendo o juiz, nesse período, perder o cargo a não ser por proposta do Tribunal

a que estiver subordinado, adotada pelo voto de dois terços de seus membros efetivos ou dos integrantes do órgão especial a que alude o inciso V do Art. 144, da Constituição Federal.

§ 2o. — O Tribunal de Justiça, ou o órgão especial previsto no inciso V, do artigo 144, da Constituição Federal, poderá determinar por motivo de interesse público, em escrutínio secreto e pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, a remoção ou a disponibilidade de juiz de categoria inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, assegurando-lhe defesa, e proceder da mesma forma, em relação a seus próprios juízes.

§ 3o. — A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos estes casos com os vencimentos integrais.

XV — Os incisos I e II do Art. 89 passam a ter a seguinte redação:

Art. 89

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo a um cargo de magistério superior, público ou particular e nos casos previstos nesta ou na Constituição Federal;

II — receber a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;

XV — O Art. 91 passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o seu parágrafo único:

Art. 91 — Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciária, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesa.

XVII — O Art. 92 passa a ter a seguinte redação, permanecendo inalterados o Inc. II e os §§ 1o. e 2o.

Art. 2 — Na organização da Justiça Estadual será observada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e os dispositivos seguintes:

I — o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo a lei exigir dos candidatos prova de habilitação em curso de preparação para magistratura; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista tríplice.

I —

a) — apurar-se-á na entrada a antiguidade e o merecimento, este em lista tríplice, sendo obrigatória a promoção do juiz que figurar pela quinta vez consecutiva da lista de merecimento;

b) — no caso de antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recuar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos que integrem o órgão especial a que se refere o inciso V, do Art. 44 da Constituição Federal, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

c) — somente após dois anos de exercício na respectiva entrada, poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver com tal requisito quem aceite o lugar vago, ou forem recusados pela maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça ou do órgão especial, previsto no inciso V do Art. 144, da Constituição Federal, candidatos que hajam completado o estágio.

§ 1o. —

a) tribunais inferiores de segunda instância observados os requisitos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

b) juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pela de reclusão, e poderão substituir juízes vitalícios;

c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamento.

§ 2o.

§ 3o. — Os vencimentos dos juízes vitalícios serão fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra entrada, atribuindo-se aos de entrada mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos não inferiores aos que percebem os secretários do Estado, não podendo ultrapassar, porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

XVIII — O Art. 93 passa a ter a seguinte redação:

Art. 93 — A Justiça Militar Estadual, tem como órgão de segunda instância o Tribunal de Justiça e, como órgão de primeira instância os Conselhos de Justiça, organizados na forma da lei federal, com competência para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes da Polícia Militar.

XIX — O Art. 96 fica acrescido de mais dois parágrafos e transformado o seu parágrafo único em 1o.

Art. 96 —

1o. — Os lugares reservados a membros do Ministério Público, ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados ao Governador em lista tríplice e organizada pelo Tribunal.

§ 2o. — A lei poderá estabelecer, como condição à promoção por merecimento, a partir de determinada entrada, ou de acesso aos tribunais de segunda instância, o mesmo critério, frequência e aprovação em curso ministrado por escola de aperfeiçoamento de magistrados.

§ 3o. — Nos casos de impedimento, férias, licença ou qualquer afastamento, os membros de qualquer Tribunal serão substituídos, sempre que possível, por outros de seus componentes, sem acréscimo de remuneração. A forma e os casos em que poderão ser convocados, para a substituição, juízes não pertencentes ao Tribunal, são regulados pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

XXI — Os incisos I e II do Art. 101 passam a ter a seguinte redação:

Art. 101 —

I — eleger seu Presidente e demais titulares de sua direção, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

II — elaborar seu Regimento Interno, respeitado o que preceituar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e organizar os seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei.

XXII — O § 1o. do Art. 106 passa a ter a seguinte redação:

Art. 106 —

§ 1o. — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos na mesma data das eleições gerais para deputados, por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

XXII — O Art. 107 fica acrescido de dois parágrafos e suprimido o seu parágrafo único:

Art. 107 —

§ 1o. — A remuneração dos vereadores será fixada pelas respectivas Câmaras Municipais para a legislatura seguinte, aos limites e segundo critério estabelecido em lei complementar federal.

§ 2o. — É vedado ao vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função.

XXIV — O Título V fica acrescido de cinco artigos: 157, 158, 159, 160 e 161, com a seguinte redação:

Art. 157 — Na Organização Judiciária serão adotados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, dentro de seis meses, cortados

a partir da vigência desta, ficando extintos os cargos de juiz substituto de segunda instância, qualquer que seja a sua denominação.

Parágrafo único — Os juízes cujos cargos forem extintos ficarão em disponibilidade com vencimentos integrais, até serem aproveitados, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

APOIAMENTOS: Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Rosário Pitelli, Wilson Fortes, Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Jorge Sato, Ivo Thomazoni, Gabriel Manoel, Ernesto Gnoato, Egon Pudell, Ezequias Losso, Augusto Carneiro, Aragão de Mattos Leão, Aginaldo Pereira Lima e Quielse Crisóstomo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei no. 92/76, que denomina "Avelino Vieira" a rodovia que liga Wenceslau Braz a Lisímaco Costa.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Grupo Artístico Ubiratanense, ao Ubiratã Country Club Júnior, como também aos alunos do Colégio Carlos Gomes, por terem tido participação especial nas comemorações alusivas ao 16o. aniversário de Emancipação Política de Ubiratã, quando integrados com os demais educandários e autoridades educacionais do município, puderam homenagear mais uma data natalícia da cidade.

Seja dado ciência aos congratulados na Comarca de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o amplo noticiário estampado nos Jornais "O Estado do Paraná", em recentes edições, tornando público e notório irregularidades que culminaram na anulação de concorrências públicas abertas pela Secretaria do Interior, através da Sucepar, com objetivo da aquisição de tubos destinados às obras de combate à erosão na região Noroeste do Paraná, envolvendo a firma CONSTUBOS — Artefatos de Cimento Ltda., vem requerer após ouvido o Plenário, com fundamento no Art. 35 e parágrafo único do Regimento Interno, a CONSTITUIÇÃO DESTA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL, para o fim de esclarecer o grave problema suscitado, designando-se desde já, para o dia 16 do corrente mês, às 14,30 horas, ser ouvido o Sr. Secretário de Estado do Interior, sobre o assunto enfocado.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a trans-

crição na ata dos trabalhos da "3a. Carta a meu filho", publicada no jornal "Gazeta do Povo", edição de 09/11/77, na qual o Sr. Ivan Amaral, presta singela homenagem ao seu filho, Ivan Amaral Filho, ex-Deputado Federal pelo Paraná, falecido há 3 anos.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a remessa do pronunciamento formulado hoje e resposta às indagações seguintes:

1a. — Qual o volume em toneladas, transportadas pelos comboios da RFF durante o corrente ano, da produção agro-pastoril e industrial, para o Porto de Paranaguá?

2a. — O que representa a participação da RFF, perante a movimentação global das produções supracitadas via Porto de Paranaguá?

3a. — Informar o custo do transporte por tonelada-quilômetro e esclarecer outras modalidades de cobrança.

4a. — Quais os problemas de ordem estrutural, técnica e administrativa que impedem uma participação mais acentuada da RFF em nosso setor de transportes?

5a. — Do total de requisições de vagões para transporte via Porto de Paranaguá durante o ano de 1977, qual a porcentagem atendida?

6a. — Qual a demora para atendimento às requisições? Quais os motivos?

7a. — Quais os horários regulares e especiais para escoamento das safras que dispõe a RFF de Maringá a Parangará?

8. — Inaugurada há mais de dois anos, por que até agora a RFF não estabeleceu o serviço de transporte de passageiros no trecho Paranaguá - Norte do Estado, via Estrada de Ferro Central do Paraná?

9. — Qual a velocidade média horária desenvolvida pelos transportes de passageiros no trajeto Curitiba - Ourinhos? Quais os preços cobrados por passagens nos vagões de 1.a e 2.a classes?

10. — A ferrovia Ponta Grossa - Ourinhos é, nos aspectos estrutural e técnico, superior à implantada no percurso Ponta Grossa - Apucarana?

11. — As tarifas atualmente cobradas pela RFF S/A possibilitam - ótimo, bom, regular ou péssimo - resultado financeiro? Em quais proporções?

12. — Enumerar os acidentes e descrever suas causas e conseqüências, ocorridos com os trens da RFF nos percursos Ponta Grossa - Ourinhos e Ponta Grossa-Apucarana.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Indiscutivelmente, o Brasil é hoje, o reino da incoerência.

Seria de se inquirir ao Governo Federal, sobre o montante dispendido em suas hilariantes campanhas para combate à inflação, situando como antagonistas o comerciante e o consumidor - como se eles fossem os verdadeiros culpados pelo insustentável "status" da vida econômica brasileira - esquecendo-se da enorme carga tributária que incide sobre o primeiro e da carência de recursos que sofre o segundo.

Deduz-se então, que pelo Governo da ARENA implantado está, na arena da luta pela sobrevivência, um estado de belicosidade.

Para colocar o comprador em guerra com o consumidor, o Sistema respalda-se no elevado preço do custo do petróleo e, para diminuir seu consumo, fecha postos de abastecimento e limita a velocidade em nossas estradas. Todavia, os resultados esperados não tem sido nada auspiciosos. A fiscalização dos oitenta quilômetros fez sentir sua atuação nos primeiros dias após a determinação governamental e hoje está completamente rela-

xada. As dificuldades para as viagens nos fins-de-semana trouxeram reflexos negativos para a economia brasileira com a paralisação relativa do transporte de cargas vivas ou deterioráveis, além de influenciar psicologicamente no comportamento e no relacionamento social do Homem - (para cujo bem-estar o Governo afirma estar voltado).

É sabido que países que ostentam posição financeira bem diversa da que apresenta o Brasil, sofrendo sucessivos "déficits" em sua balança comercial, às vezes com débitos astronômicos para com o Exterior, inteligentemente injetam recursos suficientes na ampliação e na equiparação do sistema de transporte ferroviário, sabendo que tais aplicações são reembolsáveis, acrescidas ainda de substancial rentabilidade.

Nesse setor, o Paraná é servido há décadas, pela arcaica ferrovia, nunca melhorada, que liga Curitiba a Cianorte, via Ourinhos/SP - Londrina - Maringá, em linha praticamente perimetral isolando o Interior.

Normalmente, quem se vale desse meio de locomoção é justamente o homem necessitado, carente de recursos, e que vem à Capital em busca de atendimento médico. O percurso de Curitiba a Maringá, com baldeação na cidade paulista de Ourinhos é feito em quase 30 horas e custa - nos vagões de segunda classe, mais ou menos quarenta cruzeiros -, o equivalente à metade dos preços cobrados pelas empresas de ônibus.

Muitos anos foram consumidos na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná - erroneamente - sabe-se lá por quais razões - com trilhos de bitola estreita, da dimensão da inteligência de seus construtores.

Levanto então, a indagação que parte de todos os paranaenses, sequiosos por saber o porquê da não implantação de comboios para transporte de passageiros por essa ferrovia.

Aliás, é meu dever anunciar que suspeitas pairam no ar dando conta das possibilidades de que a Rede Ferroviária Federal S/A, venha sofrendo pressão ou mesmo esteja sendo subornada para não colocar vagões de passageiros nos ramais Ponta Grossa - Apucarana, que poderiam ser alimentados com os usuários dos ramais Curitiba - Ourinhos - Maringá - Cianorte em suas interligações.

É meu dever anunciar também, que as empresas de ônibus são tidas como as prováveis autoras das possíveis pressões ou subornos.

Por outro lado, cumpre-me chamar a atenção do Governo do Estado e do próprio Governo da União para a projeção de safras para 1980, assim distribuída: 4.200 toneladas de milho; 4.100.000 toneladas de soja; 1.600.000 toneladas de trigo; 1.300.000 toneladas de café (caso Deus em sua infinita Sabedoria e complacência não tenha dado ouvido ao pedido do Presidente do IBC, ansiando por uma geada para consertar a política cafeeira do País); 700.000 toneladas de algodão; 200.000 toneladas de mamona; 100.000 toneladas de amendoim e 7.519.000 cabeças de bovinos.

A Estrada de Ferro Central do Paraná reduziu de 630 para 330 quilômetros o percurso entre o Norte do Estado e o Porto de Paranaguá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conclamo-os a uma pausa para reflexão, para estudos que objetivem um radical posicionamento desta Casa ante a evidência dos fatos que comentei.

O custo do preço do petróleo e seus derivados apresenta tendência para contínua elevação; nossas estradas não suportarão tamanho afluxo de carga; as vicinais, estas que vem sendo construídas pelo Governo do Estado e tidas como de baixo custo, não apresentam os apregoados méritos de durabilidade e consistência, muito menos de segurança. Por que obras provisórias? Por que obras que não atingem o mínimo de suas reais finalidades? Por que a não utilização da Central do Paraná para o transporte de passageiros?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do expediente recebido pelo signatário, da Associação dos Defensores da Ecologia do Vale do Paranapanema, bem como, do Manifesto Público, anexado ao referido expediente.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Prefeitos e Vereadores do Vale do Paranapanema, reunidos em Pirajú, após a segunda rejeição do Projeto Braskraft, pela CETESB, manifestaram-se, mais uma vez, solidários e confiantes nos órgãos técnicos oficiais e nas autoridades públicas responsáveis pela defesa do meio ambiente. O Manifesto em apreço faz um histórico em resumo - narrando a luta que vem sendo empreendida por Prefeitos e Vereadores do Vale do Paranapanema, no sentido da não instalação de indústrias poluidoras no referido Vale, preservando-se o meio ambiente e repudiando, abertamente, as incursões da Empresa Braskraft, cujo traçado marcante tem sido o desrespeito à opinião pública e à vocação preservacionista do Vale.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 158/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica vedada a aposentadoria, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, antes de completarem 5 (cinco) anos de efetivo e permanente exercício no cargo.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

APOIAMENTOS: Hélio Manfrinato, Ernesto Gnoato, Basílio Zanusso, Ernesto Dal'Oglio, Maurício Fruet, Francisco Escorsin, Osvaldo Macedo, Waldenício Barbalho, Edilson Alencar, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, Enéas Faria, Trajano Bastos, Erondy Silvério, Valtér Pietrângelo, Gabriel Sampaio, Nelson Buffara, Deni Schwartz e Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, queremos ressaltar das constantes críticas por que passam os integrantes do órgão, cuja função vem a ser de fiscalizar a aplicação do dinheiro público em nosso Estado, acoimados de serem apresentados com cargos junto ao Tribunal de Contas, visando, exclusivamente, polpu das aposentadorias.

É no interesse do Estado, que o Tribunal de Contas fique isento de quaisquer críticas, já que as altas funções que lhe são afetas, assim o exigem. Os seus membros, devem ser resguardados de críticas, a fim de não serem atingidos levemente e desta forma carrearem outros interesses, que não os de bem comum, quando exercitam as nobres funções de fiscalizadores da aplicação do dinheiro público. Se fatos criticáveis e pouco recomendáveis foram praticados neste sentido no passado, é necessário que para o futuro não mais se repitam.

O Estado de São Paulo, já adotou medida idêntica, através Lei no. 10.397, de 28 de dezembro de 1970, conforme cópias anexas. A vigência da mesma, é atestada ainda pelo ofício datado de 26 de outubro pp., firmado pelo Deputado Robson Marinho, líder do MDB na Assembléia Legislativa do vizinho Estado.

Por ser medida salutar, esperamos receber o apoio do Sr. Presidente e a aprovação desta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr.

Deputado Antônio Facci (Ausente) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel —(Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, terceiro orador inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cabe-me fazer rememorar que, nesta data, 09 de novembro de 1977, é o 30. aniversário do triste, lamentável e inesquecível desaparecimento de um dos maiores, mais brilhantes e mais jovem político do Estado do Paraná.

Referimo-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Ivan Ferreira do Amaral Filho, que, em data de 09 de novembro de 1974, em um triste e lamentável acidente automobilístico, na Rodovia do Café, deixou-nos, deixou o nosso convívio para a vida eterna.

Moço ainda, com apenas 33 anos de idade, já reeleito em 1970, à Câmara Federal, com uma das mais expressivas votações, durante os anos que esteve em Brasília, defendeu com amor, dedicação, eficiência, os interesses do Estado do Paraná e, justamente, Sr. Presidente, quando em 1974, em plena campanha onde pleiteava novamente junto aos seus amigos, aos seus companheiros, a sua reeleição, eis que o destino assim o quis.

E não poderíamos, Sr. Presidente, nós que representamos o Centro-Oeste do Estado, justamente nos Municípios de Manoel Ribas, de Pitanga, de Palmital, onde Ivan Ferreira do Amaral Filho obteve na sua primeira eleição quase que a totalidade dos votos daqueles municípios, e justamente quando eu pretendia vir a esta Casa, também fazia dobradinha com Ivan Ferreira do Amaral Filho.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos registrar desta tribuna que até hoje aqueles municípios choram, lamentam e jamais esquecem a falta deste convívio, deste amigo, e deste batalhador.

Sr. Presidente, um de seus maiores sonhos, aquilo que talvez mais almejassem durante sua vida pública, foi ver asfaltada aquelas estradas do Centro Oeste. Foi sem ver ser criado e inaugurado o Banco do Brasil em Pitanga. E tudo isto, Sr. Presidente, está acontecendo e, por certo, quando formos inaugurar aquele asfalto, haveremos de novamente chorar, juntamente com o Sudoeste do Estado, juntamente com o Deputado Maurício Fruet, um projeto de lei dando o nome àquela rodovia, de Ivan Ferreira do Amaral Filho.

E quero dizer, Sr. Presidente, que foi talvez uma das maiores satisfações para aquela região. Foi uma alegria desde aquele que ainda não é nem eleitor ao mais adulto, porque todos conheciam, todos já tinham apertado a mão de Ivan Ferreira do Amaral.

Mas, Sr. Presidente, eu pediria permissão para ler, desta tribuna, uma carta publicada no jornal "Gazeta do Povo" de hoje, à qual eu pediria que ficasse, juntado a este pedido também o do Deputado Erondy Silvério, registrado nos Anais desta Casa.

"3.a Carta a meu Filho Ivan Amaral.

Há três anos estamos separados e nunca me sinto tão perto de você.

E é verdade — cada dia que passa, morremos um pouco.

É um estranho fato matemático: um dia a mais é igual a um dia a menos.

Nada lhe direi da nossa saudade.

Do vazio que o seu desaparecimento significa para todos nós.

Resta-nos, porém, um consolo: você é lembrado pelos seus amigos, pelos seus correligionários em que provas significativas e constantes recordam a sua memória.

É que sua vida, embora curta, foi intensa, luminosa. Esse o epitáfio que colocamos, Mamãe e eu, sobre o granito que perpetua o seu nome. Tanto o seu como nosso jazido.

Já percebo a linha do por do sol do meu horizonte. O meu

fim. Num beijo amoroso, despeço-me com um "até logo".

Há uma afirmação no casamento católico que diz assim: "até que a morte nos separe".

Parafraseando, direi: até que a morte nos encontre.

Papai".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara. (Declina) Tendo declinado, concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin. (Ausente). Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Hélio Manfrinato. (Declina). Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho (Declina). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado (Ausente). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. (Declina).

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu havia feito minha inscrição para falar em questão do Banco do Estado; fí-lo entretanto ontem, no horário da Liderança, mas pretendo, para frente, voltar ao assunto.

Declinando hoje, pediria a V. Exa., uma nova inscrição.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, se não houver restrição do Plenário, poderia manter a mesma ordem de inscrição dos Srs. Parlamentares, para a próxima sessão. Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, regimentalmente apoiado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem, Sr. Presidente, pediria a V. Exa., a fineza de autorizar uma chamada nominal, eis que há na Ordem do Dia de hoje, um projeto, em 2a. discussão, de grande importância e, me parece, não há número regimental para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Deferida a Questão de Ordem de V. Exa., o Sr. 1o. Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

— (É procedida a chamada nominal)

Trinta e cinco (35) Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, devidamente apoiado, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci.

No Art. 1o. — "Fica vedada a aposentadoria aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, antes de completarem 5 anos de efetivo e permanente exercício no cargo.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Inclua-se, anote-se, e encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 93/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 77/77, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para instituir, observada a Legislação pertinente, a EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL — EMATER-Pr., vinculada à Secretaria de Agricultura, e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., com Substitutivo Geral, C.F. e C.A.I.C., com emendas, por unanimidade.— Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei para discurrir este anteprojeto que cria a EMATER, para chamar a atenção dos Srs. Deputados sobre algumas emendas apresentadas, que merecem uma análise mais detida deste Plenário.

Primeiramente, para analisar emenda do Deputado Gabriel Manoel, que altera o artigo 13 de redação primitiva e, propõe que ele passe a vigorar com a seguinte redação. (L.F.)

“Os depósitos em dinheiro da Emater-Paraná, serão preferencialmente efetuados em organizações bancárias oficiais”.

Como se sabe, o projeto original, era omissivo neste particular, sotrendo substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça, pelo nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, com a seguinte redação: “Os depósitos em dinheiro da Emater-Paraná, serão obrigatoriamente efetuados em organizações bancárias oficiais”.

Ocorre, e eu pretendo fazer a defesa da emenda apresentada pelo Deputado Gabriel Manoel, que a Emater que sucederá a Acarpa, mantém convênios com agentes financeiros particulares, para aplicação de recursos na forma de crédito rural orientado. E o faz hoje com o Bamerindus e com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que é o banco estatal daquela Unidade Federativa, e com tendência à ampliação. Além do mais, há vários municípios do Paraná que não dispõem ainda de agências do Banco do Estado do Paraná e também do Banco do Brasil, razão pela qual se, se cingisse os depósitos decorrentes da receita operacional ou outras receitas da Emater, evidentemente que seria extremamente difícil e dificultoso o desenvolvimento desta futura companhia, pelas razões já expostas.

Parece-me, portanto, que a emenda proposta pelo Deputado Gabriel Manoel deva ser acolhida nesta Casa, pelas razões já expostas. Reconheço que foi muito cioso o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, quando pretendeu que os depósitos da Emater fossem efetuados obrigatoriamente em organizações bancárias oficiais.

Todavia, pelas razões já expostas, repito, parece-me que esta emenda deva ser acolhida. As demais emendas são as seguintes: ainda da lavra do nobre Deputado Gabriel Manoel, propõe que a Emater terá um Conselho de Administração, assim constituído. É um Conselho composto por oito membros, sendo dois Secretários de Estado; 1 representante do Ministério da Agricultura, um representante da Embraer, um representante do IAPAR, um representante da FAEP, um representante da FETAEP, um representante da Universidade Federal do Paraná e um da Diretoria Executiva.

Ocorre que, a permanecer nesta redação, evidentemente que o Governo do Estado do Paraná ficará em minoria no Conselho, o que poderia trazer resultados não condizentes com a eficiência operacional, que se pretende na Emater. E eu concito, portanto, os nobres Deputados, que não acolham esta emenda, aliás, o próprio autor dela reconheceu a sua impropriedade e, desta forma, parece-me desaconselhável que se acolha uma emenda nestes termos, porque evidentemente uma empresa não pode ter um Conselho de Administração, que seja eventualmente oposto à sua Diretoria.

E evidente que nos termos em que está colocado, e eu faço apenas uma apreciação de ordem teórica, todavia, potencialmente e eventualmente seria possível que em determinados episódios houvesse uma colidência de interesses ou de orientação entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

E finalmente, há também uma Emenda do nobre Deputado Lázaro Dumont, em que pretende que a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, não possa exceder aos de Secretários de Estado. Um plano puramente teórico é também uma emenda à qual nada podemos opor nem objetar, sucede porém, que o mercado de trabalho, de técnicos que atuam no

objeto social da EMATER, é um mercado extremamente disputado, tive conhecimento que um técnico em germinação hoje, não se contrata por menos de 45, 50 mil cruzeiros, enfim, é extremamente sofisticada esta tecnologia e nós, depararíamos a ser aprovado este dispositivo consubstanciado na Emenda do Deputado Lázaro Dumont, de que os vencimentos dos assalariados da EMATER poderão exceder e superar os vencimentos dos membros da Diretoria Executiva. Parece-me que é uma razão apreciável, para que não se dê acolhida a esta emenda, embora não faça o Partido nesta Casa, questão fechada da sua rejeição.

Todavia, chamo a atenção dos Srs. Deputados, que a aprovação dela, poderia provocar este tipo de conflito, que me parece desnecessário, porque toda a hierarquia da empresa poderia ficar comprometida com a aprovação desta Emenda.

São basicamente estas as emendas que foram oferecidas a este projeto. Gostaria, portanto, que os Srs. Deputados se cientificassem, tomassem conhecimento do seu alcance e das suas possíveis consequências. Mas, de qual maneira, pretende o Governo do Estado do Paraná, com a criação da Emater, dar maior dinamismo, maior aceleração, ao que hoje é a ACARPA, uma sociedade civil, de uma configuração jurídica um tanto nebulosa, e a criação da Emater também corresponde a uma orientação do Governo Federal que subsidia tais empresas e exige, tem exigido que elas se adaptem às formas mais modernizadoras de adaptação, em todos os Estados do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, as Acarpas se transformaram em sociedades ou empresas públicas, procurando maior dinamismo, maior eficiência, maior flexibilidade operacional, e eu tenho impressão, tenho certeza, que a aprovação deste projeto, revigorará a orientação governamental no sentido de prestar assistência técnica aos agricultores do Paraná.

E a aprovação pela Assembléia por certo também colaborará para que esta Casa participe deste grande empreendimento, dando a sua colaboração e mais do que isso, o seu aperfeiçoamento à Mensagem oriunda do Poder Executivo.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Luiz Roberto Soares,

na própria Mensagem que enviou o Sr. Governador, nós vemos a justificativa ampla que dá o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro. História bem a necessidade da criação desta empresa, onde nós vemos que o Governo Federal, exige, para carreamento de recursos, para essa nova empresa que, ou melhor, que se organize esta empresa para o carreamento de recursos para os fins muito bem historiados que o Sr. Secretário da Agricultura faz no acompanhamento da Mensagem de S. Exa. o Sr. Governador.

E nós que tivemos a oportunidade de acompanhar com os poucos recursos, o trabalho que a Acarpa vem desenvolvendo no Estado do Paraná, onde lá contamos com técnicos, que com amor e com dedicação vêm orientando o homem do campo e vemos agora com a criação desta empresa, o Governo e o Paraná mais amparados para a assistência ao agricultor, para assistência do homem do campo.

Eu cumprimento V. Exa. pela explanação que vem de fazer hoje da tribuna, desta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado, nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes em fazer a sua tão valiosa intervenção nesta Casa.

Mas, dizia ontem o Deputado Deni Schwartz, que o que haveria de ser questionado na aprovação desta matéria, não seria propriamente seu conteúdo, mas sim vislumbra ele, neste anteprojeto, mais uma demonstração e um indício do centralismo que hoje predomina no Brasil.

E eu realmente, respondo agora ao Deputado Deni Schwartz, que esta matéria é da maior importância para que se possa avaliar correta e devidamente. E qual o modelo mais eficaz

e mais eficiente para um país nas condições do Brasil.

Se um centralismo, ou se um federalismo clássico. Eu, muito embora coloque de uma maneira acadêmica o problema, estou propenso ainda a acreditar que os países sub-desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento estão a requerer alguma centralização. Porque sabemos que os recursos não são suficientes para atender a todas as necessidades. E só um sistema de planejamento central é capaz de alocar e distribuir corretamente, principalmente num país de dimensões continentais como é o Brasil.

Eu, há dias, por mera curiosidade, lendo um magnífico trabalho do Professor Afonso Arinos de Melo Franco, a propósito deste tema, percebi que a centralização é um fenômeno quase universal. Os próprios Estados Unidos da América que sempre primou, até pelo excesso de federalização, sendo os seus Estados quase autônomos e independentes, a partir do "New Deal", isto é, depois da segunda guerra mundial, adotou um novo esquema para definir o seu modelo político-econômico.

E cada dia mais a Nação americana centraliza as suas decisões, com repercussão econômica em todos os Estados, e presumo que se lá se adota tal centralização, maiores razões há de vir em favor da tese de que países sub-desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento também devam adotar, muito embora se possa e se deva questionar vários aspectos e, para tanto, faço referência a inúmeros trabalhos realizados antes de 1964, até pelo que eu poderia denominar uma esquerda consciente, todos eles propondo uma centralização mais efetiva, para evitar a pulverização de recursos e até às vezes por carência técnica de nossos estados-membros que não dispunham de aparelhos e instituições capazes de orientar bem o seu comportamento econômico.

E, no caso da EMATER, parece que esta centralização é benéfica a todos os Estados e, em consequência, ao Estado do Paraná, porque a empresa pública que ora se pretende criar, aqui no Paraná, evidentemente de alguma forma se vincula à empresa pública nacional com quase idêntica denominação, que subsidia orienta, programa e que, enfim, dá uma assistência técnica e financeira às estaduais.

É nesse sentido que eu vejo o problema da centralização das decisões no Brasil.

Repito, é evidente que não há que se defender um certo exagero nessa interpretação, porque houve, no decorrer dos últimos 14 anos, um exagero no excessivo centralismo das decisões macro-econômicas.

Mas, a este caso específico, parece-me que a agricultura deva preferencialmente ter o seu planejamento numa área central que tenha uma visão global das necessidades brasileiras. Eu, quando ouço, por exemplo, o Deputado Deni Schwartz investir contra o tratamento um pouco discriminatório em favor de outras unidades em detrimento do Paraná, também como paranaense, partilho com a mesma emoção.

Todavia, refletindo com mais serenidade e conferindo maior teor de parcialidade à discussão, é inegável que um País necessariamente tem que aplicar nas regiões mais carentes, principalmente Norte e Nordeste Brasileiros.

E a criação desta EMATER, por certo não vai contribuir para a nossa desparanização. Pelo contrário, acho que vai reforçar a política agrícola desenvolvida pelo Governo do Estado do Paraná, com resultados, acredito, benéficos em todos os setores. Tem o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Basílio Zanusso — Nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

Estou lendo o artigo 9 da Mensagem "que a EMATER do Paraná fica autorizada a absorver o acervo físico, técnico e administrativo, bem como os saldos remanescentes da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA, assumindo, em contrapartida, todos os encargos, e segue até o seu Artigo 13 que ultima a Mensagem.

Entende este Deputado que está o Paraná a dar mais um

passo, através de sua Administração, à frente, com o objetivo de aperfeiçoar a nossa produção agrícola e pecuária, visando, sem dúvida alguma, fontes primordiais de nossa economia.

A ACARPA tem a dirigir-lá técnicos dos mais qualificados do Estado. Tanto é, que é fácil de se verificar a presença de escritórios da ACARPA, em todo o Interior do Estado, tendo às suas frentes engenheiros agrônomos, todos a orientar os agricultores, trabalhadores, pecuaristas, objetivando, além do melhoramento da produtividade agrícola, pastoril, também a organização administrativa de suas empresas, embora pequenas.

Daí, por considerar o Paraná essencialmente agrícola — como todos sabemos — dessa fonte vêm as nossas riquezas, é o motivo de ter solicitado aparte a V. Exa., para dizer da importância dessa Mensagem, da sua oportunidade.

Porque, se queremos melhorar as condições técnicas e financeiras na área da produção agrícola, está com isso o Estado estendendo suas mãos aos seus proprietários e não proprietários da produção rural, como também, criando, a Secretaria da Agricultura sistema condizente com a realidade do País.

Assim sendo, nobre Deputado, é com a maior satisfação que, como homem do Interior que sou, provindo do Norte do Paraná, é que voto com V. Exa., com essa Mensagem, dada a sua necessidade, a sua importância e a sua oportunidade.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Obrigado, nobre Deputado

Basílio Zanusso, pela sua contribuição e parece não haver dúvida da necessidade da criação dessa empresa.

Acredito que ela virá atender uma exigência da nossa realidade.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria, nobre Deputado, que V. Exa. esclarecesse qual a sua posição com relação às emendas que fez referência. Porque, as emendas que V. Exa. se referiu dizem respeito ao Artigo 6o. do Substitutivo Geral e não do projeto. A sub-emenda do Deputado Lázaro Dumont limita a remuneração da diretoria executiva. E é, a nosso ver, uma sub-emenda do Artigo 6o. É sub-emenda, porque existem duas emendas, uma de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont e outra do Deputado Gabriel Manoel.

Gostaríamos de saber qual a posição de V. Exa.: a qual das emendas V. Exa. é favorável, se ambas ou se apenas V. Exa. é contrário à sub-emenda do nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, eu tenho comigo — não sei se coincide — a rigor, entre emendas e sub-emendas existem quatro: o Substitutivo Geral do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, a emenda de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, mais uma do Deputado Gabriel Manoel, e finalmente, a sub-emenda do Deputado Lázaro Dumont.

Eu sou favorável à primeira emenda do Deputado Gabriel Manoel, em que os depósitos em dinheiro da EMATER serão preferencialmente efetuados em organizações bancárias oficiais. E as razões já expostas, isto é, a ACARPA, que é hoje quem detém tais atribuições, mantém convênios com agências financeiras particulares para aplicação de recursos na forma de crédito rural adiantado, principalmente o Bamerindus. E evidentemente, a permanecer a proibição de se depositar em empresas particulares, ela teria dificuldades no seu esquema de operações, muito embora mantenha também o Banco Crédito Real de Minas Gerais que é o Banco estatal de Minas Gerais.

Eu, em razão deste argumento, seria favorável à emenda do Deputado Gabriel Manoel. Seria contrário à segunda emenda do Deputado Gabriel Manoel em que dispõe que o Conselho de Administração será composto por dois Secretários de Estado, um representante do Ministério da Agricultura etc., porque nestas condições, o Governo do Estado ficaria em minoria no seu Conselho, o que me parece de má política porque pode eventualmente ocorrer que a diretoria tenha uma posição contrária ao Conselho e vice-versa o que, evidentemente, prejudi-

caria toda a organização e desempenho.

E finalmente, apenas alertei que a ser aprovada a emenda do Deputado Lázaro Dumont, pode criar um problema de hierarquia porque seguramente alguns técnicos a serem contratados pela EMATER perceberão salário maior do que os da Diretoria Executiva; muito embora, repito, a emenda do Deputado Lázaro Dumont não será questão fechada por parte da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Apenas lancei o problema para que fosse devidamente questionado e debatido nesta Casa. Se seria ou não adequado que técnicos, a serem contratados pela EMATER venham a receber salários, ou enfim, vencimentos, superiores aos de seus diretores.

Isto talvez pudesse, em termos organizacionais, comprometer a hierarquia da futura empresa. Eu apenas estou colocando para que fosse devidamente debatido e questionado por esta Assembléia que, diga-se de passagem, deu uma grande contribuição no aperfeiçoamento do anteprojeto remetido pelo Poder Executivo.

O Sr. Muggiati Filho — Deputado Luiz Roberto Soares, estou compreendendo que V. Exa., vota com o Substitutivo?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nós votaremos com o substitutivo, com a emenda do Deputado Gabriel Manoel, a primeira, em que apenas dá preferência para depósitos em bancos oficiais; a segunda nós votaremos contrários com a aquiescência do Deputado que emendou e a terceira, do Deputado Lázaro Dumont, será questão aberta e, evidentemente, vai depender do entendimento de cada Deputado nesta bancada.

O Sr. Muggiati Filho — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão Projeto de Lei número 93/77.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como o nosso nome foi citado pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, gostaríamos de colocar, precisamente, a nossa posição em relação a este projeto e ao centralismo que se verifica em todo o nosso País. Realmente, é matéria que deveria merecer de todos os Parlamentares um estudo mais aprofundado, pois, estamos a centralizar tudo neste País, e tememos que, este centralismo tão criticado nos países comunistas, este centralismo que tem sido responsabilizado pela diminuição da produção agrícola da Rússia, venha a ocorrer também neste nosso País, com a burocratização cada vez maior, das coisas públicas.

Estamos a assistir, impotentes, a centralização da política energética — talvez até altamente recomendável mas que deveria ser melhor discutida — uma vez que a centralização não se está fazendo a nível do Brasil, e sim, como muito bem denunciou o nobre Deputado Maurício Fruet, quase que a nível de um outro Estado que se transformou num verdadeiro imperialista dentro do País; e aí está a CESP, agora, a entrar inclusive na exploração de energia de origem atômica.

Temos aí a briga da COPEL, para não ser absorvida pela Eletrosul, e não se iludam os Srs. Parlamentares, pois na verdade, e não levará muito tempo, a geração de energia da COPEL estará em mãos da Eletrosul.

Temos aí o fracasso total da SANEPAR causado pela centralização.

A SANEPAR, hoje, se constitui no maior fracasso neste Estado. Municípios, e cito nomes, como: Verê, Marmeleiro, representado nesta Casa pelo ilustre Presidente, Realeza, são municípios que entregaram dinheiro à SANEPAR, e até hoje estão com suas contas bloqueadas junto ao Tribunal de Contas da União, por não poderem prestar contas, já que repassaram os recursos à SANEPAR, e esta não cumpriu os

contratos.

Graças a quem?

Ao Plano Nacional de Saneamento que, centralizando simples abastecimento de água, a nível nacional, colocou os técnicos da SANEPAR e os seus Diretores e o próprio Governo do Estado, numa situação muito difícil numa situação de homens que prometem e não cumprem. Na verdade, estamos a ver, por este Estado inteiro, a SANEPAR ser criticada por haver firmado contratos e não os executado.

Agora, a centralização da agricultura!

Realmente, Srs. Deputados, poderíamos até concordar que esta centralização viesse a ser benéfica, pois, permitiria, um verdadeiro zoneamento do País, na exploração do seu solo, no que diz respeito à agricultura e pecuária.

Mas, Srs. Deputados, como ficará o nosso Estado se, à frente do Ministério da Agricultura estiver um homem como um dos Diretores do Banco Central, que esteve nesta Casa e que, na presença de alguns Deputados — inclusive este que vos fala — quando a geadinha havia consumido o café paranaense e apelávamos de que, deveria, o Governo, tomar medidas imediatas para a recuperação da cafeicultura brasileira e, em especial, da cafeicultura paranaense, afirmava, dentro desta Casa que, ao Paraná estava reservado um grande destino, a produção das chamadas "lavouras brancas"? E, quando este Deputado perguntou o que seria do nosso Estado, sem indústria, eminentemente agrícola, se ficasse também sem o café, se ficasse também sem o gado nas áreas do Noroeste, aptas para a pecuária, como ficaria aquela região, quando os grandes grupos multinacionais lançassem no mercado, carnes produzidas a preços baratíssimos e com incentivos fiscais na Amazônia quando começássemos a receber carne, em Curitiba, com o rótulo da Volkswagen, provavelmente mais barata do que a carne produzida nos campos de Palmas ou de Ponta Grossa, ou de Guarapuava?

E ele nos afirmava que nessa oportunidade, o Paraná seria o grande celeiro do País, vendendo feijão, soja, talvez o trigo e milho.

Perguntamos neste momento: Será destino deste Estado produzir soja, trigo, milho e feijão para o País?

Por isso me alarma esse centralismo; amanhã, um tecnocrata da estirpe daquele que aqui esteve, no Ministério da Agricultura, Ministério diga-se de passagem, que hoje mesmo não tem voz ativa no concerto das decisões nacionais, pois está aí o Ministro mais desinformado deste País; está aí um Ministro que há alguns dias em minha cidade, Francisco Beltrão, prometia aos agricultores que no dia seguinte, haveria uma melhoria no preço do milho; realmente, houve, a melhoria para os intermediários pois no dia seguinte, a sua estada em minha cidade, o preço caiu em dois cruzeiros por saca.

Está aí um Ministro que manda vender soja no momento errado, pois é realmente, um corpo estranho dentro de um Ministério formado por homens ligados, apenas, aos intermediários, ao setor terciário e, principalmente, nesse setor, aos bancos.

Por isso essa centralização nos preocupa. Talvez, amanhã, o Governo resolva que no Paraná só se plante feijão, milho, talvez o trigo e a soja.

Perguntamos: — E a economia do nosso Estado?

Mas, Srs. Deputados, tem outro fator que nos chama a atenção — a Reforma Administrativa e, há 2 ou 3 anos víamos este Estado mergulhado na maior barafunda administrativa que já se tem notícias, com passagem de encargos para órgãos recém criados, e como exemplo, a passagem, a ACARPA, da maior parte das atribuições da Secretaria de Agricultura. Hoje, novamente, se reforma. Lembro o livro "Leis de Parkinson", — "se criam órgãos para se criarem cargos". E novos órgãos vão surgindo porque ninguém, não só no Brasil mas, em todo mundo gosta de ter um chefe e não ser chefe de alguém.

Então, todo funcionário, todo diretor, quer ter sob si

algum outro subordinado. Parece-me que é o caso típico do que está ocorrendo, não só no Paraná mas, no Brasil, pois a EMBRATER nada mais é do que uma exigência; exigência absurda desse centralismo que estamos vivendo. O próprio Governo Federal a afirmar que não repassará recursos, se nós não nos adaptarmos às normas federais.

Afirmou também, para impor o PLANASA, que não repassaria dinheiro aos municípios se não houvesse a adesão dos municípios à SANEPAR. Os resultados aí estão, frutos dessa malfadada centralização.

Ficamos a indagar — provavelmente, no ano que vêm, o Paraná será o maior produtor de soja, de milho, da pecuária, pois vamos perder um companheiro que, seguidamente nos toma o primeiro lugar: — O Rio Grande do Sul, pois para informação dos Srs. Deputados, a Assembléia do Rio Grande do Sul, não aprovou a EMATER naquele Estado e, portanto, o Rio Grande do Sul, pelo que conta na justificativa do Projeto em votação, não receberá verbas do Governo Federal.

Perguntamos, qual o Presidente deste País que terá coragem de deixar de repassar verbas para o Rio Grande do Sul? Como não tiveram coragem os diretores do BNH, de deixar de entregar recursos à Prefeitura de Maringá, por exemplo, que foi pioneira na construção de esgotos, sem interveniência da SANEPAR.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento). Ouvi parte do seu brilhante pronunciamento, nesta tarde, e posso até concordar com V. Exa., com relação ao esvaziamento da Federação Brasileira.

V. Exa. e eu mesmo, nesta Casa, temos defendido a necessidade da maior aplicação de recursos do Governo Federal, no Estado do Paraná. Por outro lado, defendo eu, como tenho impressão que V. Exa. deve defender também a regionalização de culturas no Estado do Paraná, e acredito que aquilo que é válido para o Paraná nesse setor, também o é para o Brasil.

Mas, com relação ao exemplo citado por V. Exa., no caso em tela, do Rio Grande do Sul, me parece que o raciocínio não é correto, senão vejamos: A ACARPA é uma entidade, uma associação civil, uma figura hoje até esdrúxula no mundo jurídico. Não é uma entidade da administração direta, como é o organismo do Rio Grande do Sul encarregado de fazer a assistência técnica e a extensão rural. V. Exa. sabe que a extensão rural, no Brasil, iniciou-se nos idos de 1948, no Estado de Minas Gerais, calcado, inclusive, num programa norteamericano denominado "Farm and Home Administration", que visava o melhorio das condições do homem do campo.

Desde aquela época, para cá, criaram-se as entidades, as associações civis em diversos Estados do Brasil. Aqui mesmo, no Brasil, a criação da ACARPA deu-se em 1959, filiada à ABCAR que era uma entidade que coordenava essas associações civis a nível nacional. Em 74, houve a necessidade de se institucionalizar o programa de assistência técnica e de extensão ao homem do campo. Em função disso, o Governo Federal criou a EMBRATER e a EMBRAPA e recomendou aos Estados que criassem entidades assemelhadas, para que pudesse transferir recursos, mas não só recursos materiais. Também recursos humanos, recursos de assistência técnica, porque é inadmissível que num só Brasil não se dê a todos os Estados as condições resultantes das pesquisas efetuadas no Brasil por uma entidade federal.

Acredito que neste aspecto é plenamente justificável a criação da EMATER, que não é mais uma empresa pública, conforme acentua o Sr. Secretário da Agricultura na exposição de motivos que acompanha a Mensagem. Mas que a EMATER é uma empresa que sucedera no tempo e no espaço a ACARPA. Não haverá aumento de despesa; não haverá novos encargos; não haverá a possibilidade da criação de novas funções.

Sob esse aspecto, me permito discordar, data vênica de V. Exa., para dizer que o Governo Federal anda bem quando

recomenda aos Estados que criem empresas assemelhadas à empresa maior do Estado brasileiro.

Era só, Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradecemos o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, pois já nas primeiras palavras que proferi, afirmei que poderíamos até concordar com um planejamento global da agropecuária.

Aliás, diga-se de passagem, isso já vem sendo feito pelo Governo Central, quando através do Banco Central, dirige os financiamentos para a agropecuária, para determinadas regiões.

Já há um zoneamento agrícola no momento em que não se financia café no Rio Grande do Sul, ou que não se financiava, por exemplo, a bovinocultura no Sudoeste pelo antigo PRODEP. Por isso, afirmamos no início das nossas palavras, que poderíamos até concordar, mas que, não estamos vendo neste projeto, esta preocupação. Estamos vendo a vontade férrea do governo central, de dirigir os destinos deste país até, no que diz respeito a simples abastecimento de água de uma pequena cidade com dois mil habitantes, criando um centralismo que poderá levar, ao centralismo tão criticado nos países comunistas, levar à burocracia. Por outro lado, tem sido sistemática a crítica aos técnicos da Secretaria da Agricultura e, neste momento, como homem da Oposição, gostaria de revelar alguns fatos que talvez sejam de desconhecimento de alguns dos Srs. Deputados. Por exemplo: graças à ação das multinacionais e à omissão dos homens públicos inclusive, dos Srs. Deputados, inclusive deste que vos fala, o nosso Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, não está abastecendo o Estado inteiro com vacinas contra a aftosa bovina, pois capacitado ele está para isso, como no Rio Grande do Sul, se está fazendo com a brucelose através seu Instituto semelhante.

É bom que os Srs. Deputados saibam, que toda vacina anti-rábica, fornecida para a Central de Medicamentos, para todo o Brasil, sai de Curitiba, do nosso Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

E é bom que os Srs. Deputados saibam também, que a Secretaria de Agricultura, por não ter mais o IBPT como seu subordinado e sim subordinado à Secretaria de Indústria e Comércio, provavelmente, vá cometer uma outra injustiça, na aquisição de vacinas contra a brucelose bovina que o IBPT também se acha capaz de fornecer para todo o nosso Estado.

É bom que se saiba que uma vacina contra a brucelose custará, sendo do IBPT cerca de dois cruzeiros e 50 centavos, provindo das multinacionais, cerca de dez cruzeiros.

E tenham a certeza só se venderá a vacina das multinacionais, pois a margem dada às Casas Agropecuárias pelas mesmas é da ordem de cinquenta por cento.

Será gratificado em 5 cruzeiros por vacina vendida, aquele que vender a vacina da multinacional, enquanto o IBPT não tem e não poderia ter essa facilidade, de praticamente, comprar o vendedor.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para acompanhar o seu raciocínio, mas será gratificado por quem, nobre Deputado?

O SR. DENI SCHWARTZ — Indiretamente, pelas multinacionais na verdade, pelo boiso do próprio criador.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Não pelo Governo, que está incentivando a SEME, que organismo estatal que combate as multinacionais, inclusive na produção de produtos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Talvez tenhamos expressado mal e V. Exa. tenha razão. A vacina anti-rábica é fornecida para o CEME, saída do Paraná. Mas a vacina da Brucelose bovina, deverá ser adquirida pela Secretaria da Agricultura do Paraná. Nada tem com o CEME. Esta Secretaria ainda não se decidiu a incentivar um programa interno em nosso Estado. Estará, assim permitindo a entrada no mercado de vacinas produzidas por multinacionais, a preços 4 vezes maior mas que serão as únicas vendidas, pois o incentivo ao vendedor, é muito grande.

Era apenas para mostrar que o nosso corpo técnico não é tão ruim quanto muitos querem fazer crer. De outra parte é bom lembrar que este Estado em 5 anos, mudou praticamente a sua fisionomia. Pois há 5 anos atrás praticamente não tínhamos produção de soja. Hoje com uma tecnologia e uma produtividade que já se assemelha às dos países mais adiantados, nós com técnicos mal remunerados, muitos da própria ACARPA, estão a demonstrar a todos que as afirmações do ilustre líder do Governo, quando disse e afirmou que não se poderia limitar os vencimentos dos Diretores da Embrater de acordo com o conteúdo na emenda do nobre Deputado Lázaro Dumont, não é tão verdadeiro. Ficaríamos até numa situação estranha, em que o Secretário da Agricultura receberia menos do que o Diretor a ele subordinado.

Estou levantando estas questões porque vejo, neste projeto, como em outros, uma falta de vivência das coisas. O projeto é elaborado obviamente não por técnicos do Paraná — é uma obrigatoriedade que se nos impõe, que os outros nos impõem.

Concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Deni Schwartz, vejo que V. Exa. se preocupa com a centralização. Há certos casos que é preciso a descentralização, mas citando, para depois falar na Embrater, o caso da Sanepar. V. Exa. bem sabe, foi criado o Planasa, uma maneira de congregar tudo ao Planasa, possibilitando que os municípios menores tivessem um custo mais baixo. O que acontecia é que as cidades grandes como Curitiba, o consumo muito grande, um número de funcionários que não tinham uma despesa tão alta e o rendimento alto, poderia ter um custo mais baixo para o consumidor. Ao passo que as pequenas cidades eram bastante oneradas. A intenção foi muito boa e com a criação do Planasa, o entusiasmo foi tão grande na Sanepar e na realidade V. Exa. tem razão, houve muita promessa naquela época e foi e congestionou e a Sanepar não teve condições na época de suportar a carga dos compromissos assumidos. Mas logo em seguida, com a substituição está havendo um critério. A Sanepar está procurando cumprir aqueles compromissos assumidos e não podemos negar que muitos municípios que não tinham condições de realizar o serviço de abastecimento de água vêm sendo atendidos. Claro que não pode resolver do dia para a noite, mas melhorou bastante.

Como disse V. Exa., o Paraná mudou muito a sua fisionomia nesses 5 anos. E se pede hoje a substituição da Acarpa pela Ambrater, mais aperfeiçoada; é uma centralização padronizada também aos órgãos federais. A finalidade é procurar dar mais assistência, melhor orientação e aperfeiçoar, quem sabe, orientar até, para que o Paraná que hoje já produz a vacina anti-rábica também possa entrar na vacina contra a brucelose.

Quem sabe nós podemos chegar até lá. Mas para isso é preciso que haja um aperfeiçoamento. E essa padronização é o meio que nós encontramos para poder dar melhores condições de assistência ao homem do campo.

Sei que a intenção de V. Exa. é das melhores e V. Exa. critica a centralização. Em certos casos eu concordo com V. Exa. porque não deve haver a centralização. Mas neste caso aqui é interessante que haja uma padronização para que possa ter um trabalho conjunto e também com a colaboração, porque não do Governo Federal nesse trabalho de grande interesse para o Paraná que é um Estado essencialmente agrícola.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nobre Deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. abordou exatamente um tema que acredito ser de maior importância. O que há no Brasil é uma falta de definição.

Apenas de passagem, quero lembrar que o grande desenvolvimento da Alemanha de hoje se deve ao municipalismo.

O problema da água, quando se quis justificar a existên-

cia do Planasa, para que as tarifas fossem padronizadas dentro de um Estado, e para que se desse a possibilidade de que pequenos municípios também tivessem água, realmente é um argumento válido.

Mas, ao mesmo tempo que está ocorrendo? Pequenos municípios com uma população de mil e dois mil habitantes recebem abastecimento de água, enquanto bairros inteiros de Curitiba, onde caberiam 10 daquelas cidades sem água ou esgoto.

Realmente em municípios menores o abastecimento é mais caro, a tarifa seria muito alta, em comparação com os municípios maiores. A argumentação é bastante válida.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite mais um aparte?

(Assentimento). Nobre Deputado, sabe V. Exa. que sou municipalista, defendo maiores incentivos e maiores condições aos municípios para que possam executar as suas obras.

Mas, V. Exa. bem sabe que, porque foi Prefeito tanto quanto eu, — que o serviço de abastecimento de água no município é autônomo, o serviço de água e esgoto é separado da Prefeitura e que a Prefeitura o executa quando não tem outros meios. Mas, tendo um órgão que dirija é melhor para que o município possa cuidar de outras obras.

Quanto aos bairros, V. Exa. sabe que existe convênio entre a Sanepar e o município para execução do serviço de água, havendo uma colaboração de 25 por cento do município, 25 por cento da Sanepar e 50 por cento do Governo Federal.

Claro que os bairros — Curitiba por exemplo — que é uma cidade que vem crescendo, hoje inicia um loteamento e, logo em seguida vem outro. Então, não se consegue acompanhar e resolver todo o problema para depois entrarmos no município.

Pelo que me parece, a extensão de redes em Curitiba, nesses 3 anos foi duplicada e está sendo executada. Quase todos os municípios estão executando abastecimento de água.

É claro que não está solucionado e dificilmente conseguiremos acompanhar esse desenvolvimento que estamos vendo no Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. nos permitirá afirmar que esta argumentação já foi apresentada — e V. Exa. que já foi Prefeito lembra da luta para achar um critério social na redistribuição dos impostos — do Fundo de Participação dos Municípios, ou do ICM — e V. Exa. e testemunha que os maiores municípios ficam com os maiores recursos, enquanto os menores ficam com o ônus.

Temos afirmado que a comarca de uma cidade pequena e criada depois que o Prefeito constrói a casa do Juiz, do Promotor e o próprio Fórum, enquanto nos grandes municípios, essa exigência não é feita.

Vemos diariamente, na Ordem do Dia, inúmeros projetos de lei autorizando o Governador a firmar convênios com os municípios para execução de obras, pois já se disse — quando se criou a EMOPAR — que o município constrói mais barato. Já para a questão da água pretende-se a centralização. São dois pesos e duas medidas!

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, veja bem dois exemplos típicos: construção de uma sala de aula. A Prefeitura tem pedreiro, carpinteiro, caminhão para transportar material — então, pode fazer mais barato, porque não precisa uma pessoa específica para fazer esse trabalho. Agora, para o serviço de água, é necessário pessoas especializadas.

V. Exa. falou em reformas de prédios judiciais, em foruns. Mas, não temos as atribuições que deveríamos ter, porque, se pudéssemos não aconteceria isso. Porque se viesse para cá a Reforma Judiciária, nós cobraríamos a instalação das comarcas a serem instaladas. Mas, infelizmente, o Tribunal é quem decide. Se tivéssemos condições de criar essas comarcas que teriam que ser instaladas, mas tal não acontece.

Curitiba, por exemplo, está precisando, agora, de mais

salas para instalação das Varas, mas o Município não vai construir. Se eles quiserem que construam. Não é o caso dos municípios que estão desesperados para ver a instalação de sua comarca, então se sujeitam a essas exigências.

Infelizmente, não temos condições de criar nossas comarcas.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de voltar ao leito da discussão, para esclarecer a matéria.

Fui surpreendido pela informação de V. Exa. que havia uma emenda de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, objetivando alterar dispositivo do Substitutivo Geral de minha autoria, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Quero declarar a V. Exa. que tenho profundo respeito pela atual administração da ACARPA, reconheço, inclusive, no seu Secretário Executivo, uma das maiores autoridades de extensão rural, assistência técnica, louvo o seu trabalho neste momento.

Ocorre, nobre Deputado Deni Schwartz, que acredito que no meu substitutivo — aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça fizemos uma inovação salutar quando se trata dos salários da diretoria da Emater. Inovação essa que, acredito, irá constar de todas as empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades paraestatais existentes no Estado do Paraná.

E me permito ler a V. Exa. o § 2º, do Artigo 6º, que diz: "serão renumerados apenas os membros da diretoria executiva..."

De qualquer forma, o vencimento não excederá aos vencimentos e vantagens conferidos aos Secretários de Estado.

Acredito que essa é uma inovação salutar, em matéria de empresa pública.

E penso, nobre Deputado que esse dispositivo legal não se destina, especificamente, à atual diretoria da ACARPA, mas pretende fixar uma norma que, no meu entendimento, é a mais salutar possível.

Se o vencimento do Secretário de Estado não é condizente, que se o altere; se o vencimento do funcionalismo público estatutário não é o melhor, que se altere o vencimento do funcionário público. Porque acredito que não é concebível que diretores de empresas subordinadas a Secretários de Estado possam perceber mais que o Chefe de sua Pasta.

Sei que o eminente Deputado, Líder da Arena e do Governo nesta Casa, Luiz Roberto Soares, tem um entendimento diferente, que respeito em função, inclusive, da necessidade da Acarpa em contratar técnicos, alguns até de renome internacional, e que não se sujeitariam a vencimentos inferiores aos dos diretores.

No meu entendimento, estes técnicos devem ter uma participação reduzida nos trabalhos da Acarpa. Penso até que estes técnicos devem ser de alta especialização, que prestem serviços, e que recebam por tarefas. E se o raciocínio não for correto, se os técnicos forem efetivos da Acarpa, contratados pela Acarpa, que se altere o vencimento do funcionalismo público, que se aumente o vencimento dos Secretários de Estado. Mas o que não se admite é que um diretor, de uma empresa pública, não só da Emater, mas da Emopar, mas da Mineropar, mas de Bancos do Estado, percebam mais do que os Secretários de Estado ou mais do que o Governador do Estado.

Aliás, a este respeito, há inclusive Decreto Federal que regulamenta matéria a nível federal. E como o nobre Deputado Luiz Roberto Soares fez apelo para que as bancadas votassem livremente com relação a esta pretendida mudança no Substitutivo, eu também faço um apelo a esta Casa para que votemos com o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu vejo na sua observação, Sr.

Deputado, que a emenda do nobre Deputado Lázaro Dumont difere do vosso substitutivo apenas no que diz respeito às vantagens.

Porque enquanto no substitutivo de V. Exa. nós temos: "serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, os vencimentos e vantagens não excederão a qualquer título ao fixar os Secretários de Estado...", na emenda do nobre Deputado nós temos: "Serão remunerados todos os membros da diretoria cujos vencimentos não excederão". Não fala em vantagens. A diferença está aí, deveria ser mais discutida.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Esta é uma fórmula que provavelmente o nobre Deputado Lázaro Dumont, com toda a sua habilidade, encontrou para propiciar vencimentos superiores aos dirigentes da Emater.

O SR. DENI SCHWARTZ — De outra parte, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, queremos dizer que concordamos com V. Exa. em número e gênero. Pois admitir que um Governador ganhe menos do que o Secretário, que o Secretário ganhe menos do que o Diretor a ele subordinado é uma quebra total de hierarquia, o que não é recomendável.

E quanto aos técnicos de altos salários, parece-nos que seriam apenas temporários. E, sendo temporários, poderiam receber de outra forma, através talvez, de serviço de terceiros.

Mas concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer que o que me preocupa neste tipo de lei, é que estamos deixando de estudar as razões de termos de criar novas repartições, novas empresas. Na verdade, o que nós estamos fazendo, é sufocando o funcionário público, nós estamos achando fórmulas de mudar, de modernizar o Estado, sem irmos ao fundo da questão.

Fica a indagação. Se um dia os bons ares do Palácio do Planalto vierem a permitir ou o povo assim o obrigar, o MDB poderá ser Governo, ou, poderá sê-lo um outro Partido, e, queremos ter um Governador que, à maneira de alguns que por aqui já passaram, resolva demitir todos os servidores. Esta, a discussão que deveria ser feita, quando se fala em funcionário público. O seu patrão, em se tratando do Estado, é que muda de 4 em 4 anos, pelo menos teoricamente. A figura do funcionário público foi criada, exatamente para que houvesse continuidade do Estado.

E se amanhã, tivermos um Governador que resolva colocar todos os funcionários da Embrater na rua, e recomeçar tudo de novo? Fundo de garantia para todos, e, ele poderá colocar todos os seus "cupinchas", na administração do Estado.

Deveríamos fazer o que o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira sugeriu — revermos os salários dos funcionários; que um motorista do Estado, funcionário estatutário seja obrigado a trabalhar as 8 horas mas, que perceba o que percebe um motorista da COPEL, que também trabalha 8 horas!

Um engenheiro do DER ganha 3 ou 4 mil cruzeiros — se optar pela CLT, passará a ganhar 20 mil e poucos cruzeiros. O serviço é o mesmo, o trabalho é o mesmo!

O que se quer, e que é do que não se está cuidando, é a continuidade do Estado nas mãos de alguém que seja permanente, já que os Diretores, os Secretários, os Governadores, o próprio Presidente da República, são temporários.

De outra parte, é bom que fique frisado aqui o que disse Fernando Henrique Cardoso em relação à estatização:

— No Brasil se faz estatização, criando uma nova elite.

Hoje os donos, praticamente os donos das empresas públicas operam as mesmas como se fossem de sua propriedade particular. Não prestam contas a ninguém, ninguém é ouvido nos seus planos. Estão aí a COPEL, a TELEPAR, praticamente, sejamos honestos em admitir, sem prestar contas a ninguém, nem sequer ao Sr. Governador.

Isto tem que ser dito.

Estão se eternizando homens, nestas empresas públicas, que estão operando estas empresas, sem fiscalização, como se fos-

sem coisas suas. Estão aí, as proibições recentes do Governo Estadual e do Governo Federal, para que os Diretores não participassem dos lucros.

Quanto ganha um Diretor do Banco do Estado?

Os Srs. sabem me dizer? Quantos salários tem um Diretor do Banco do Estado? 14 ou 15 ou 16 por ano?

A nós cabe a responsabilidade, pois somos os únicos no Estado, Deputados Estaduais, ie temos a delegação, através das urnas, para defender o povo.

Eliminamos o funcionário público, sob a argumentação de que é relapso, mas não se pergunta quanto ele recebe.

Esquecemo-nos, no entanto, que, ao mesmo trabalho, remuneramos muito mais, nas empresas públicas.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 93/77.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem pretender tomar, demais, o tempo de Vs. Exas., gostaríamos, no entanto, principalmente, com relação às emendas apresentadas e a discussão que em torno das mesmas se faz, de procurar esclarecer alguns pontos que julgamos importantes, para a orientação nossa, em relação à votação da matéria.

Vejam os Senhores que a matéria recebeu um substitutivo, objeto de longo estudo, de um relatório pormenorizado e, por todos os títulos, brilhante, apresentados na Comissão de Constituição e Justiça, pelo nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

As emendas feriram o substitutivo; e, por quê?

Reexaminando a matéria, em que pese a judiciosidade do substitutivo, e sem desmerecê-lo em nada, verificamos que as emendas vêm, realmente, corrigir, ou melhor, suprir, algumas ausências desse substitutivo, porque ao dizer que a EMATER será administrada por um Conselho de Administração composto por 5 membros, uma diretoria executiva composta por 3 membros e um Conselho Fiscal composto de 3 membros, todos com mandato de 3 anos, permitida a reeleição, o substitutivo, na realidade, não disse quem serão os componentes do Conselho de Administração, matéria de alta importância e que ficará, por consequência, atribuída, implicitamente, aos estatutos da entidade.

O Poder Executivo, diz o artigo 7º, expedirá o estatuto da EMATER-PR, no prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação desta lei.

Logicamente, se a lei não determinar quem compõe o Conselho de Administração, o Executivo comporá no estatuto.

Nós entendemos que o projeto, ou melhor, que a emenda apresentada pelo nobre Deputado Gabriel Manoel e outros ilustres Membros desta Casa, especificamente, da Comissão de Finanças, ao dizer que a EMATER será administrada por um Conselho de Administração, composto por 8 membros, sendo: 2 Secretários de Estado, Lei 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Portanto, cumprimentos de um dispositivo legal. Um representante do Ministério da Agricultura; um representante da EMBRATER; um representante do IAPAR; um representante da FAEP; um representante da FETAEP e um representante da Universidade Federal do Paraná, vem realmente introduzir um sistema de administração aberto, em que os diversos campos existentes na sociedade paranaense, na sua comunidade serão inteirados no objetivo, em favor do objetivo da própria entidade, subsidiando-a através de uma vasta rede de conhecimentos.

Não é de hoje que um sistema desta natureza que passa

a ser até num espaço breve uma solução política, inclusive, para muitos países democráticos, e entre estes o nosso, que se procura fazer com que se descentralize o máximo possível a atuação dos órgãos responsáveis pelo planejamento político, neste caso, de uma empresa.

Vejo com bons olhos esta emenda, porque, em primeiro lugar, ela deixa clara a constituição de um Conselho, e, em segundo lugar inclui até a nossa Universidade esquecida sempre, relegada a plano secundário quase sempre, quando ela deve ser vanguardeira na solução dos problemas nacionais.

No entanto, hoje, num parêntese, pode-se dizer que a nossa Universidade está carente até em sua biblioteca, e recebe 15 mil cruzeiros ou 25 mil cruzeiros, por semestre, para a manutenção de sua administração, no sentido de se instrumentalizar.

Mas vejam os Senhores que esta emenda vem combinar com a emenda do Deputado Lázaro Dumont: "Serão remunerados apenas os Membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos não excederão aos de Secretário de Estado".

Portanto, data vênica do nobre Relator da Comissão de Constituição e Justiça, que no meu entendimento votaria com a emenda do Deputado Lázaro Dumont, mas não votaria com a modificação do artigo 6º, me parece que não há possibilidade de se separar a matéria, porque, salvo se se der nova redação à sub-emenda do Deputado Lázaro Dumont, quando ela diz: "Serão remunerados apenas os Membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos não excederão aos de Secretário de Estado", se não houver Secretário de Estado no Conselho de Administração não haverá, por onde se limitar o teto que a sub-emenda pretende estabelecer.

E, neste ponto, nós embora não concordemos totalmente com a dissertação do meu caríssimo colega e amigo, Deputado Deni Schwartz, entendemos que a sub-emenda se impõe.

É até uma questão moral e, principalmente, reflete: um novo sentido que o próprio país está imprimindo, alertado, primeiramente, pelas importações de tecnologia, que arrebataram o orçamento da Nação em projetos em andamento, que estão suspensos em razão disso.

Em segundo lugar, porque essa imagem dos grandes Executivos pode condizer mas não condiz, o interessante é isso, com os países de alto desenvolvimento, onde mesmo assim, os salários são mantidos mediante a observação de não haver na distribuição geral de rendas, esses grandes desníveis que existem em nosso País.

Essa preocupação deve, felizmente, ter tomado conta inclusive, do Governo da República, através de suas últimas medidas, e inclusive, repito, disciplinando a aposentadoria nas instituições privadas, com leis que não permitem mais que um gerente de Banco, se aposente com vinte mil cruzeiros por mês e receba 50 mil cruzeiros da entidade privada da qual ele é previdenciário.

Essa matéria, portanto, nos parece das mais oportunas; há de se estabelecer um limite com relação aos executivos, aos futuros executivos da empresa.

Não vejo mal nenhum em que a empresa contrate pela CLT, por entender, que, o que precisamos fazer, e isso era objeto inclusive de um pronunciamento que faríamos hoje nesta Casa, ou faremos amanhã, o que é preciso é que a Consolidação das Leis do Trabalho, seja restaurada naquilo em que ela foi violentada, para atendimento do que hoje se denominam de outros interesses.

Tem o aparte o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Muggiati Filho, V. Exa. mais uma vez, demonstra todo o seu brilhantismo quando analisa esse problema.

Realmente, concordo com V. Exa. com relação à emenda apresentada na Comissão de Finanças pelo Deputado Gabriel Manoel, com relação ao Conselho de Administração.

Acredito, uma abertura extremamente válida, para reunir os conhecimentos de representantes da Universidade e de entidades vinculadas ao setor agrícola do Estado.

Mas, não entendi, sinceramente, o raciocínio de V. Exa., quando afirma que uma emenda, a emenda do Deputado Lázaro Dumont, está obrigatoriamente vinculada a esta emenda do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Se não vejamos, Sr. Deputado Muggiati Filho:

No substitutivo, afirma-se que: "Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos e vantagens não excederão a qualquer título ao fixado para o Secretário de Estado."

Esta é a redação do Substitutivo.

O que seria modificado, seria o item 1º.

"A EMATER será administrada por um Conselho de Administração, composto por cinco membros; uma Diretoria Executiva composta por três membros e um Conselho Fiscal composto por três membros com mandato de três anos, permitindo a reeleição.

Com a modificação da emenda do Deputado Gabriel Manoel, modifique-se apenas, o inciso I — com relação ao Conselho de Administração, permanecendo a Diretoria Executiva com três membros e o Conselho Fiscal com três membros.

Sendo somente a Diretoria Executiva, remunerada.

E a remuneração da Diretoria Executiva, não poderá exceder aos vencimentos e vantagens do cargo de Secretário de Estado.

Então, gostaria que V. Exa., com o brilhantismo que lhe é peculiar, me esclarecesse a vinculação de uma emenda a outra.

O SR. MUGGIATI FILHO — Ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, quero confessar a V. Exa. inicialmente que ao tomar conhecimento desta emenda, eu dei à sua leitura, um sentido restritivo.

E, V. Exa. me presta agora, uma valiosa contribuição.

De modo que eu retifico: — assiste, realmente, razão a V. Exa. na sua dedução.

Porque lendo a sub-emenda e, confrontando-a com a emenda, parece-me realmente que ela, — e de fato está ligada — é uma sub emenda do artigo 6º.

Mas me pareceu inicialmente que ela teria que passar por uma modificação no caso de não vir a ser aprovada a emenda do Deputado Gabriel Manoel.

Acho que V. Exa. na verdade é quem está com a razão.

Nestas condições, apenas gostaríamos de acrescentar, que não há portanto, pelo que o Governo, nobre Líder da Arena e do Governo, possa temer quanto a ficar em minoria num conselho integrado por dois Secretários de Estado, que são seis Secretários; um representante do Iapar, um representante da Faep, um representante da Fetaep, um representante da Universidade Federal do Paraná.

Todos elementos, pessoas das mais credenciadas e que, naturalmente, como deve se exigir mesmo para o exercício do cargo, inclusive os próprios Secretários, deverão agir com independência e baseados em aprofundados estudos.

Essa independência que deve ser atribuída, por isso que eu disse discordar em parte do meu eminente colega de bancada, Deni Schwartz, deve ser atribuída ao funcionário público, que não pode, seja ele contratado pela CLT, seja ele, efetivamente dos quadros do funcionalismo público, ficar sujeito a atos discricionários e eventuais de governantes.

Se nós formos agir pensando nisso a cada passo, nós teremos, forçosamente, que fazer uma lei para cada cidadão.

Não será mais a lei para todos os cidadãos. É uma questão de ética, é uma questão de moral. Eu acredito que não é pelo fato de estar ao resguardo do Estatuto do Funcionário Público, que qualquer funcionário não esteja sujeito a um ato discricionário.

Com uma única diferença, até, digo a V. Exa. de que aqueles que são discricionariamente perseguidos e estão sob a guarda da legislação trabalhista, eles têm, de imediato, a assistência das Juntas de Reclamação Trabalhista, ao passo que, quantos funcionários que são coagidos e fruto dessa coação, elas permanecem calados, a injustiça se concretiza às nossas costas.

E não raro, aos nossos olhos e não podemos fazer nada em defesa desses funcionários.

De modo que, eu entendo que é válida, a contratação, pela CLT por parte de uma empresa pública, sabendo-se principalmente que aos Legisladores, isto sim, devem estar atentos, quanto à aplicação dos dispositivos trabalhistas no sentido de corrigirem sempre que esses dispositivos sejam distorcidos, principalmente contra os empregados.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Só para discordar.

Estamos vivendo sob a atual Consolidação das Leis Trabalhistas que realmente deixa a desejar ao retirar do operário a sua estabilidade, e sei do espírito do pronunciamento que V. Exa. faz nesta tarde.

Mas, por comparação, lutam todos os democratas deste País, para que se devolva à magistratura a sua real segurança, através dos seus predicamentos tão cogitados quando da reforma do judiciário.

Veja V. Exa. que figura faria hoje se o Juiz fosse pela CLT e nós temos que ter, a nível de Estado, alguém que tenha segurança, segurança que a CLT não dá, e o que temo é que essa falta de segurança provoque um caos no Estado.

Temos que admitir que o Estatuto dos Funcionários Públicos não é o ideal.

Deixa a desejar.

Mas, foi descaracterizado por ação política e é isso que eu acho que deveria ser feito: reformulado o Estatuto, não a nível de Estado.

Todo País deveria ter pensado nisso para termos alguém que dê a continuidade do Estado, evitando que um Presidente, um Governador e um Secretário, de um momento para outro demita todos os funcionários, legalmente, pagando o seu fundo de garantia e deixe o Estado num caos.

É essa a segurança que queremos, para o juiz, para os magistrados, para que o Delegado do interior não seja um homem contratado pela CLT, com possibilidade de ser colocado na rua no dia seguinte.

Que seja um homem concursado, que seja um homem que à maneira do promotor público, possa ter independência.

Imagine V. Exa. se todos os funcionários fossem regidos pela C.L.T.

Esse núcleo que tem que dar continuidade ao Estado deve ser regido por leis, porque a CLT não traz a segurança que é necessária.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Muggiati Filho, no Parlamento Britânico, dada a tradicional rivalidade dos Partidos Trabalhistas e Conservador já se costumava dizer, quando alguém fazia brilhante e convincente pronunciamento de que os membros do partido da oposição ou do partido contrário, mudaria, de opinião, mas não mudariam de voto.

Eu mudo de opinião e de voto.

Realmente a argumentação tecida por V. Exa., como também pelo nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira me convence que é necessária a limitação da remuneração da Diretoria Executiva — cujos vencimentos não poderão exceder aos dos Secretários de Estado.

De maneira que tenho a declarar nesta Casa que a argu-

mentação de V. Exa, e mais do Deputado Luiz Alberto de Oliveira me fazem votar desta maneira.

Todavia, no que diz respeito ao Conselho de Administração, é lamentável que discorde de V. Exa.

Parece-me que, em qualquer empresa, há necessidade de uma linha única, harmônica, entre seus diversos órgãos.

Ocorre que, da maneira em que foi posta na emenda do Deputado Gabriel Manoel, virtualmente, não quer dizer forçosamente acontecer, mas virtualmente, poderia haver, dados aqueles "senões" levantados pelo nobre Deputado Deni Schwartz, dos "quistos técnicos", "burocráticos" — uma posição conflitante entre a Diretoria Executiva e seu Conselho de Administração, desviar o atendimento para um bom desempenho dessa nova empresa.

Acredito que seria de melhor técnica e da melhor conveniência, que o Conselho de Administração fosse composto de forma a permitir que a Diretoria Executiva tivesse a maioria, sob pena de, eventualmente, ter graves problemas na condução da direção da empresa.

Principalmente, porque esse Conselho é representado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação de Trabalhadores da Agricultura, e me parece que, na medida que esses colegiados não estejam perfeitamente harmônicos, é evidente que graves conseqüências poderiam advir dessa composição.

Razão pela qual o substitutivo, mas continuarei achando que a emenda do Deputado Gabriel Manoel é inconveniente.

Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sou grato aos apartes dos Deputados Deni Schwartz e Luiz Roberto Soares.

Gostaríamos, apenas de, em razão do aparte do nobre Deputado Deni Schwartz, acentuar que S. Exa. tem, realmente, preocupações justificáveis.

Mas, suas preocupações são em razão das distorções que se verificam na lei, no cumprimento, na execução da lei.

De modo que se conseguíssemos fazer uma lei que não fosse violada, que a ninguém se tornasse necessária uma sanção por parte dessa lei, acabaríamos com a criminalidade, resolveríamos, em definitivo o problema do menor, o problema dos marginais, os problemas criminais em geral, porque tudo isso seria resolvido através da lei.

A lei, realmente, é feita porque existem distorções, existem aqueles que não a respeitam.

Mas existem também leis feitas para aqueles que respeitam a lei.

A questão é a lei ser aplicada.

Acredito que o Estatuto dos Funcionários Públicos, coloca o mesmo funcionário ao abrigo desse Estatuto.

Como a Consolidação das Leis do Trabalho ampara o trabalhador.

E ela deverá ser restaurada em poucas violações que sofreu no interesse da classe dos trabalhadores.

Estamos focalizando um caso particular.

Ninguém pretende que se extinga a classe dos funcionários públicos e se transforme todos sob regime da CLT.

Possivelmente, para o futuro, possa surgir até um regime diferente, um ensino diferente, uma sala de trabalho diferente, que é assunto não pertinente à matéria em discussão.

Ouvimos com satisfação o aparte do nobre Líder do Governo e a sua resolução de votar com a sub-emenda Lázaro Dumont.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, apenas para fazer um brevíssimo adiantamento.

Parece-me que o substitutivo do Deputado Luiz Alberto de Oliveira é mais restritivo e alcança o objetivo a que se propõe o Deputado Lázaro Dumont.

Porque, segundo a emenda substitutiva do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, os vencimentos e vantagens não ex-

cederão. Ao passo que a sub-emenda do Deputado Lázaro Dumont apenas enuncia vencimentos.

O SR. MUGGIATI FILHO — É vencimentos e vantagens.

Aliás, foi matéria muito debatida na CCJ.

De maneira que V. Exa. votará com o substitutivo?

O Sr. Luiz Roberto Soares — Perfeito.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Permite-me Deputado Muggiati Filho? (Assentimento).

É o que V. Exa. anunciou há pouco me parece.

Com relação ao programa de remuneração dos diretores da Diretoria Executiva.

O SR. MUGGIATI FILHO — A emenda não coloca as vantagens?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Exatamente.

Poderiam ser fixadas as vantagens pelo arbítrio ou do Conselho, ou da Direção, dependendo do Estatuto que será baixado por Decreto do Governador.

Então se o Conselho ou a Diretoria resolver determinar que as vantagens devam ser de 80, 50, 40, 20 ou 10 mil cruzeiros, poderá acontecer isto.

Quanto à minha emenda, restringe. Não poderá exceder o vencimento ao vencimento e vantagens de Secretário de Estado.

A minha emenda apresenta um rigor maior no salário da Diretoria Executiva.

E a do Deputado Lázaro Dumont deixa a possibilidade de que seja regulamentada a vantagem do ocupante do cargo por ato ou do Conselho ou da Diretoria Executiva, em função do Estatuto da EMATER, que deverá fixar, detalhadamente, as atribuições da Diretoria e do Conselho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Bem, nobre Deputado, o ponto que V. Exa. focaliza realmente, é uma questão mais de convencimento.

E me parece que, embora possa até, redundar na mesma coisa, mas a restrição a estas vantagens em que como bem V. Exa. disse, poderão especificamente ser estabelecidas para o cargo, para o Estatuto, ficariam mais condizentes com o exercício da função.

Porque ele poderia se equiparar ao Secretário de Estado, poderá ser um Diretor equiparado ao Secretário de Estado, mas ter necessidade até de representação, em função, em razão de suas funções de representação, maior do que do Secretário de Estado.

Ele pode ter necessidade de despesas maiores do que esta.

Porque o que se cogitou foi a contratação de técnicos.

Justificando finalmente a matéria, nós entendemos que seguindo o que está sendo feito no País, os técnicos estrangeiros, quando o Brasil precisa de tecnologia de outros países, não estão sendo contratados.

O que está se procurando fazer é adquirir a tecnologia para que, e inclusive este é um dos pontos pelo qual eu sou favorável ao regime da CLT para a EMATER, se tenha maior facilidade no sentido inclusive de especialização de técnicos, desde que haja esta necessidade.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Exa. poderá observar que no artigo 11, do substitutivo, estabelece-se o seguinte: "O regime jurídico do pessoal da EMATER — PARANÁ será o da legislação trabalhista e a gestão administrativa obedecerá o disposto no artigo 94, inciso 11, da Lei número 6636, de 29/11/1974".

Os salários do pessoal da EMATER, do Paraná, acompanharão os níveis do mercado, respeitada a legislação vigente.

Então, em termos de técnicos, nobre Deputado Muggiati Filho, a lei estabelece a necessidade de acompanhamento dos vencimentos; aos níveis do mercado; apenas com relação à Direção é que se estabeleceu como norma legal, de que, os diretores da EMATER não poderão perceber vencimentos e vanta-

gens superiores aos de Secretários de Estado; com relação a técnicos, há um outro comando legal.

Com relação à Diretoria, o Substitutivo estabelece vencimentos e vantagens, como já declarei em aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz, para esta Redação Final contou-se com a valiosa colaboração da Comissão de Constituição e Justiça, especialmente do Deputado Gilberto Carvalho, que pediu vistas, e, inclusive, esta matéria foi refundida, este artigo foi refundido na Comissão de Constituição e Justiça, à qual V. Exa. faz parte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado, nobre Deputado.

Eu gostaria de concluir, respeitando a opinião de V. Exa., dizendo ainda com relação à Constituição do Conselho, que, se estabelecer, "a priori", uma maioria inclusive, uma maioria à disposição do Chefe do Poder Executivo, é uma pretensão quase utópica, uma pretensão desta natureza, porque a maioria de hoje pode ser a minoria de amanhã, depende das circunstâncias, depende de muita coisa.

Assim sendo, quer me parecer que essa experiência é racional, porque ela difunde e, nesse sentido permite que sejam colhidos subsídios e anseios, ampliando o campo de conhecimento das necessidades para as quais ela exerce suas atividades, a empresa que se pretende criar.

Portanto, me parece válida a constituição do Conselho pedida pela emenda.

Era o que nos cabia, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 93/77.

Encerrada a discussão.

Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, ressalvadas as emendas.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas, para solicitar a V. Exa. que faça a devida anotação que voto contrariamente a toda matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Aprovada, com consignação de voto do eminente Sr. Deputado Enéas Faria.

Em votação, emenda apresentada pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O artigo 3º passa a ter a seguinte redação: — Os depósitos em dinheiro, da EMATER-PR, serão, preferencialmente, efetuados em organizações bancárias oficiais.

Em votação a emenda. — Aprovada a emenda, por maioria.

A Presidência chama a atenção dos Srs. Deputados: Sobre a Mesa uma emenda subscrita pelo eminente Sr. Deputado Gabriel Manoel, com apoioamento regimental, apresentada na Comissão de Finanças.

Todavia, sobre esta emenda, há uma sub-emenda subscrita pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, com apoioamento regimental.

Foi apresentada essa sub-emenda substitutiva à emenda da Comissão de Finanças referida pela Presidência.

Como a aprovação da sub-emenda prejudica a emenda da Comissão de Finanças, a Presidência colocará, preferencialmente, em votação, a sub-emenda do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que tem a seguinte redação:

"O inciso I, do § único, do art. 6º, passa a ter a redação seguinte:

Art. 6º — § único — a EMATER-PR será administrada por um Conselho de Administração, composto por 8 membros; uma Diretoria Executiva, composta por 3 membros e um Conselho Fiscal, composto por 3 membros, todos com mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

Em votação a sub-emenda assinada pelo Sr. Deputado

Luiz Roberto Soares. Aprovada a sub-emenda. Automaticamente...

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Requeiro a V. Exa. verificação de votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e fará verificação de votação.

Em votação a sub-emenda apresentada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam; doze Srs. Deputados rejeitam. — Aprovada a sub-emenda.

Automaticamente, fica prejudicada a emenda apresentada na Comissão de Finanças, pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Emenda apresentada na Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Sr. Deputado Lázaro Dumont, dispõe: "A alínea 2, do art. 6º, passa a ter a seguinte redação:

(Lê a emenda)". Em votação. — Rejeitada a emenda.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Major FERNANDO FLORES, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 78/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica concedido ao Senhor MAJOR FERNANDO FLORES, o título de Cidadão Honorário do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) Enéas Faria

JUSTIFICATIVA:

Fernando Flores, filho de Luiz Carlos Reis Flores e Francisca Borges Fortes Flores, nasceu na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de outubro de 1907. — Nesta mesma cidade fez seus primeiros estudos, havendo em Porto Alegre no Ginásio Júlio de Castilhos realizado seus estudos secundários onde bacharelou-se no ano de 1926.

Matriculou-se em 1927 na Escola Militar do Realengo, cujo curso concluiu em 1929, sendo declarado aspirante à oficial em janeiro de 1930, tendo sido promovido, posteriormente, aos postos de segundo e primeiro tenente, capitão e major.

Servia no Rio Grande do Sul quando foi convidado pelo Interventor Federal no Paraná para assumir a chefia da Polícia Civil do Estado.

Assumiu o exercício das referidas funções em março de 1939, sendo empossado no ano seguinte no cargo de Secretário do Interior e Justiça.

Sob proposta sua, foram feitas profundas alterações nos escalões superiores de Administração, quando se criou as Secretarias de Estado da Educação e da Saúde Pública, para qual foi designado, seu titular.

Exerceu as citadas funções durante todo o Governo Manoel Ribas, exonerando-se a 29 de outubro de 1945.

No mesmo ano foi eleito Deputado Federal, para o período de 1946-1950, tendo sido representante do Paraná na Assembléia Legislativa Nacional Constituinte de 1946.

Exerceu funções de Secretário de Interior e Justiça

na Interventoria Mário Gomes da Silva, durante o ano de 1947, e, nos anos de 1955, as mesmas funções nos Governos de Munhoz da Rocha, Antônio Anibelli e Adolfo de Oliveira Franco.

Foi nomeado auditor do Tribunal de Contas em janeiro de 1951, em cujo cargo se aposentou.

Casado com a Senhora Conceição dos Santos Flores tem os seguintes filhos: Gina Flores de Camargo, casada com o Dr. Afonso de Camargo Neto; Carmem Flores Ribas, casada com o Sr. Walter Soares Ribas; Luiz Fernando Flores, casado com a Sra. Maria de Lourdes P. Flores. — O casal Flores tem onze netos e três bisnetos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI NÚMERO 78/77
PARECER

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Major Fernando Flores, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao nosso Estado.

Justificando a medida, o autor da propositura, apresentou o "currículo" do Major Flores, "currículo" este que por si só nos dá conta da justiça de tal proposição.

Sem dúvida alguma o homenageado prestou inestimáveis serviços à causa pública e ao Estado do Paraná, nos altos postos administrativos que exerceu, servindo sempre com lealdade e alto espírito de justiça, o que granjeou-lhe o respeito e a estima, que agora devem ser consolidados através do reconhecimento público pela concessão do título de cidadão honorário do Paraná.

Tendo em vista que a homenagem a ser concedida afeta os demais Poderes constituídos de nosso Estado, solicitamos que o presente projeto de lei, antes de ser submetido à deliberação do Plenário, seja convertido em diligência junto à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado, a fim de que o mesmo possa também manifestar-se sobre a honraria que se pretende, seja prestada em nome do Estado do Paraná.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, após o pronunciamento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

A Presidência anuncia o recebimento de emendas propostas à Constituição do Estado do Paraná, emendas que incidem sobre o art. 11 e seus §§; sobre o inciso 5º, do art. 16; sobre o art. 20; art. 22, art. 24; art. 41 e seus §§; art. 42 e seus §§; art. 45; art. 57; art. 58; art. 63; art. 79; art. 86; art. 88; art. 89; art. 91; art. 92; art. 93; art. 96; art. 101; art. 104; art. 107 e acresce 5 artigos. Artigo 157.

A Presidência dá como recebidas as emendas à Constituição, desde que apresentadas na forma constitucional.

Manda que se publiquem no Diário da Assembléia Legislativa e em Avulsos para conhecimento dos Srs. Deputados, após o que, passará a determinar os prazos para o recebimento de Pareceres.

OSR. ERNESTO GNOATO — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — V. Exa. pode informar o autor das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O autor? A primeira assinatura é do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

A Presidência considera oportuno lembrar aos Srs. Deputados, que vai, ao final da sessão, anunciar para a próxima sessão de amanhã, a Proposição número 391/77, emenda constitucional, subscrita pelo Sr. Deputado Antônio Facci, estando em condições de ser colocada à consideração do Plenário.

A Presidência avisa que será colocada para a sessão de amanhã.

Da mesma forma acha a Presidência oportuno lembrar aos Srs. Deputados, que determinou a inclusão na Ordem do Dia, da sessão, de amanhã, a Resolução número 312/77, que é uma alteração proposta pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Muggiati Filho, ao Regimento Interno da Casa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 92/76.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente.

A par das escusas, solicitaria de V. Exa., qual o artigo do Regimento Interno, se baseou a Presidência, em dar preferência à sub-emenda do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa com rapidez a V. Exa.

A Presidência, respeitosamente, e não poderia ser de outra forma, também regimentalmente, ensejaria que o Sr. Deputado indicasse o artigo do Regimento Interno que não foi cumprido pela Presidência.

Mas, como o Sr. Deputado Líder, merece todo o respeito e o acatamento, a Presidência informará:

Art. 102, do Regimento Interno, está assim posto:

"Terão preferência de votação: Inciso 2 — As emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como as aditivas e as modificativas."

OSR. TRAJANO BASTOS — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, já lido anteriormente. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "3ª Carta a Meu Filho", publicada no jornal "Gazeta do Povo", na qual o Dr. Ivan Amaral, presta singela homenagem ao seu filho, Ivan Amaral Filho, ex-Deputado Federal pelo Paraná, falecido há 3 anos. — APROVADO. (A matéria foi lida da tribuna pelo Sr. Deputado Jurandir Messias).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Grupo Artístico Paranaense, ao Ubiratã Country Júnior, como também aos alunos do Colégio Carlos Gomes, por terem tido participação especial nas comemorações alusivas ao 16º aniversário de emancipação política de Ubiratã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de expediente recebido pelo subscritor do presente requerimento, da Associação dos Defensores da Ecologia do Vale do Paranapanema, bem como, do Manifesto Público. — APROVADO. (A matéria a ser transcrita acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Rede Ferroviária Federal S.A., em forma de pedido de informações, bem como o envio de pronunciamento. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando a constituição desta Assembléia em Comissão Geral, tendo em vista o amplo

noticiário estampado no jornal "O Estado do Paraná", tornando público e notório irregularidades que culminaram na anulação de concorrências públicas abertas pela Secretaria do Interior, através da SECEPAR.

Antes de colocar em discussão, a Presidência desejava, regimentalmente, fazer uma observação: Entende a Presidência que S. Exa. o Deputado autor da proposição está realmente cumprindo o dispositivo do art. 35. Todavia, quer parecer, regimentalmente, que o requerimento de S. Exa. deveria ser desdobrado em dois requerimentos.

Porquanto no bojo do mesmo, S. Exa. praticamente convoca, para depor nesta Assembléia, Secretário de Estado. E as convocações de Secretário de Estado são disciplinadas pela Constituição e pelo Regimento Interno. Ambas, entende a Presidência, que a convocação de Secretário de Estado, para ser ouvido a nível de Constituição desta Assembléia e a nível de comissão geral, inicialmente, ter-se-ia que: 1o. Constituir-se a Assembléia em Comissão Geral, para, em seguida, votar-se o requerimento convocatório de um Secretário de Estado. Todavia, é só o entendimento da Presidência, quanto à formalização do requerimento à parte.

Em discussão o requerimento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, adia-se para a próxima sessão. Com a oportunidade que o Sr. Deputado autor terá de verificar a validade da advertência da Presidência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja suspensa a sessão do próximo dia 14 de novembro, segunda-feira. — APROVADO.

A Presidência deve uma satisfação ao Sr. Deputado Enéas Faria.

Embora ausente na sessão de ontem, o Presidente tomou conhecimento da questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Enéas Faria. E deve informar através do Ofício 1436/77, da Diretoria Administrativa, datado de 15 de setembro de 1977, expedido, através da Empresa de Correios e Telégrafos, em data de 19 de setembro, conforme atesta a Chefia do Departamento Administrativo, com o visto do Chefe da Divisão da Seção de Expedição do Protocolo Geral da Casa, foi, ou melhor dizendo, recebeu resposta do Secretário de Finanças, Jayme Prosdócimo, através do Ofício 673/77, do Gabinete, datado de 20 de outubro de 1977. Tem este expediente a fixação de protocolo número 10.707, nesta Casa. Tendo recebido o seguinte despacho: — em data de 26/10/77 do Sr. 1o. Secretário - 1o. Protocolo-se; 2o. Ao Departamento Administrativo; dê-se ciência ao Sr. Deputado Enéas Faria.

Junta-se o Ofício 673, o expediente 1.455/77, do Banco do Estado do Paraná S/A, consubstanciado em 7 laudas datilografadas.

E a Presidência, em nome da Mesa, deve fazer a seguinte observação: em data de 28 de outubro findo, a Assembléia teve sessões que antecederam à semana de feriados de Todos os Santos e Finados, o seu expediente levantado numa sexta-feira e praticamente ficou inoperante na semana que decorreu de 31 de outubro a 5 de novembro.

É oportuno que a Presidência reconheça que, com o levantamento das sessões, verificado por deliberação do Plenário, a Casa fez apenas plantão nos diferentes Departamentos, Seções e Serviços.

É possível, eminente Deputado, que, em decorrência deste plantão, tenha sofrido a administração da Casa atraso na tramitação dos papéis de toda a sorte, razão pela qual encaminha, como tem encaminhado aliás, a V. Exa., pedido de informações.

Todavia, não exclui a possibilidade de que V. Exa., no mais legítimo dos direitos de parlamentar, possa, a qualquer

tempo, suscitar dúvidas do cumprimento estrito do mandamento constitucional da parte do Sr. Secretário de Finanças.

Era o que à Presidência cabia informar em resposta às questões de ordem que V. Exa. levantou acerca deste assunto.

O SR. ENÉAS FARIA — (Questão de ordem) Ao final V. Exa. conclui pelo manejo dos dados que tem agora acesso, de que o Sr. Secretário cumpriu a sua obrigação constitucional.

O SR. PRESIDENTE — Diante das informações que foram fornecidas à Presidência pelos órgãos administrativos.

O SR. ENÉAS FARIA — Por enquanto estou satisfeito com essas informações. Aguardo a remessa desses elementos para adotar qualquer procedimento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita ao Departamento Administrativo urgência para que o Sr. Deputado receba as informações pelo original do processo.

Antes de encerrar, a Presidência registra com imensa satisfação a presença do Sr. Antônio Lázaro da Costa, DD. Prefeito Municipal de Quinta do Sol, que se faz acompanhar do Sr. José Vianna, ex-Prefeito Municipal, ambos do Município de Quinta do Sol, a quem a Presidência deseja boa estada nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 93/77.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 78/77.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 23, 61, 74, 84, 105, 112, 136, 391/77, e de Resolução no. 312/77.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 11, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos. 114/76 e 129/77 e de Resolução nos. 110, 286, 85, 306, 307, 308 e 347/77

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,

FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.

DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, EM

SESSÃO DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1977.

"ADEVAP — ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DA ECOLOGIA DO VALE DO PARANAPANEMA.

São Paulo, 24 de outubro de 1977.

Exmo. Sr.

Deputado José Domingos Scarpelini.

Senhor Presidente.

Estamos encaminhando a V. Exa., cópia do manifesto público assinado pelos Prefeitos e Vereadores dos cinquenta e dois municípios do Vale do Paranapanema, em data de 22 de outubro de 1977, quando da celebração da missa campal pelo Arcebispo de Botucatu, Dom Vicente Marchetti Zioni, que se posicionou contra a instalação de indústrias poluidoras no Vale do Paranapanema.

Apelamos a V. Exa. que, em nome do Vale do Paranapanema, reforce nosso apelo no sentido de se preservar o último rio limpo do Estado de São Paulo.

Cordialmente,

Rames Nassar - Presidente

ADEVAP

MANIFESTO PÚBLICO

Prefeitos e Vereadores do Vale do Paranapanema, reunidos em Piraju, após a segunda rejeição do Projeto Braskraft pela CETESB, manifestam-se mais uma vez solidários e confiantes nos órgãos técnicos oficiais e nas autoridades públicas responsáveis pela defesa do meio ambiente.

Entretanto, nesta oportunidade, não podem deixar de manifestar o seu repúdio pela conduta até hoje adotada pela empresa Braskraft, cujo traço marcante tem sido o desrespeito à opinião pública e à vocação preservacionista do Vale.

Desde o seu primeiro "esclarecimento à opinião pública, publicado em 19 de julho do corrente, a empresa tem tentado impor uma imagem de "fábrica limpa", cujos padrões de controle da poluição estariam acima dos exigidos pela legislação brasileira. Esta primeira inverdade se tornou flagrante com a primeira rejeição do Projeto Braskraft, pela CETESB, comunicada à empresa em carta datada de 22 de agosto último. Nesta carta, a CETESB aponta textualmente, além de graves deficiências, inclusive, a omissão do Projeto Braskraft, em relação a vários aspectos primários de controle de poluição.

Mas o descaso da empresa pelas exigências legais, não se limitou à rejeição de um projeto primário. A Braskraft ainda ignorou acintosamente a proibição da CETESB no sentido de que não executasse obras civis. Fotos oficiais datadas de 13 de setembro de 1977, comprovam a execução dessas obras, desrespeitando determinações oficiais. Pode-se acreditar que essa empresa agirá de modo diferente às exigências de controle e tratamento de efluentes?

Não parou aí. Após a apresentação de um segundo projeto para ser analisado pela CETESB, a Braskraft desencadeou uma vultosa campanha publicitária insistindo que seu projeto superaria os padrões exigidos e afirmando que "a maior poluição é a desinformação".

Após essa campanha, no dia 19 de outubro último, o Secretário Estadual de Obras e Meio Ambiente, Dr. Francisco de Barros anunciava, pela segunda vez, a rejeição do Projeto

Braskraft, chegando a caracterizar o projeto como "fraco e primitivo" e muito aquém dos processos já implantados neste País, por indústrias de celulose em funcionamento.

Hoje, a ninguém é dado o direito de duvidar das razões e motivos que deram surgimento e impulso ao movimento popular em defesa do Paranapanema. A ninguém é dado o direito de atribuir à descrença na técnica; à falta de esclarecimento; a subjetivismos ou emocionalismos infundados na ação dos homens que se uniram em torno de uma causa que é do mais alto significado para o Governo, à Nação e aos interesses da coletividade.

Com a recusa incisiva da CETESB, órgão oficial, cuja atribuição é a análise técnica; com o repúdio da Assembléia Legislativa que representa o povo no Estado de São Paulo; com o repúdio de todas as Prefeituras e Câmaras Municipais do Vale do Paranapanema, exceto a do Município onde a fábrica iria se instalar; com a condenação do CONDEPHAAT, órgão estatal e de dezenas de órgãos e associações, bem como de técnicos do mais alto prestígio nacional e, além de tudo, com o manifesto repúdio popular, não resta à empresa Braskraft, outra alternativa, senão a de abdicar de sua insistente e indesejável tentativa de se instalar no Vale.

Piraju, em 22 de outubro de 1977.

Assinam Prefeitos e Vereadores dos Municípios do Vale do Paranapanema".